



## ***Grammatica historica da lingua portugueza de Said Ali cem anos depois: considerações acerca do movimento de (res)significação de uma obra<sup>1</sup>***

*Grammatica historica da lingua portugueza a hundred years later: notes on the movement of (re)signification of a book*

**Thaís de Araujo da Costa\*\***  
UFF/Unicamp/UERJ<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, à luz da perspectiva discursiva da *História das Ideias Linguísticas*, proponho-me a refletir sobre o processo de (re)significação da *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Said Ali, ao longo dos séculos XX e XXI, em textos organizados por gestos historiográficos. O objetivo da análise é compreender um possível trajeto realizado por essa obra na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro. A investigação empreendida possibilitou observar um movimento ambíguo de interpretação dessa gramática no tocante ao seu título, às suas filiações teóricas, à sua forma material e à relação estabelecida com as demais gramáticas reagrupadas sob o nome de Said Ali.

**Palavras-chave:** Said Ali, Gramática histórica, Língua portuguesa, Análise de discurso materialista, Histórias das ideias linguísticas.

**Abstract:** In this paper, based on the discursive perspective of the *History of Linguistic Ideas*, I propose to reflect on the process of (re)signification of the *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, by Said Ali, throughout the 20th and 21st centuries, in texts organized

*through historiography gestures. The purpose of this analysis is to understand a possible path taken by this work in the (meta-)history of Brazilian linguistic-grammatical knowledge. The research made it possible to observe an ambiguous movement in the interpretation of this grammar book with regard to its title, its theoretical affiliations, its material form and the relationship established with the other grammar books regrouped under the name of Said Ali.*

**Keywords:** *Said Ali, Historical grammar, Portuguese language, Materialistic discourse analysis, Materialistic discourse analysis, History of linguistic ideas.*

*Ler os documentos de arquivo conduz a explicitar os gestos de interpretação que subjazem a sua elaboração, evitando-se reproduzir uma história já dada, fixada, e mostrando seu processo de construção (NUNES, 2008a, p. 82).*

Em 2021, a *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Manuel Said Ali Ida (1861-1953) completa seu primeiro centenário. Neste artigo, proponho-me, à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas<sup>3</sup>, a investigar o processo de (res)significação dessa obra, ao longo dos séculos XX e XXI, em textos organizados por gestos historiográficos. Para isso, dedicar-me-ei ainda à compreensão do seu movimento de reedição a fim de identificar possíveis alterações e os efeitos produzidos por estas nos dizeres *sobre* Said Ali nos diferentes momentos e espaços em que circulam, visando, dessa maneira, constituir um possível trajeto realizado por essa gramática na (meta-) história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro<sup>4</sup>.

Para tanto, a reflexão aqui tecida encontra-se organizada em cinco partes, além da introdução e da conclusão. Assim sendo, em um primeiro momento, discutirei a inserção da análise que me proponho a realizar no campo das políticas linguísticas (ORLANDI, 1988; 1998), pensando ainda a relação entre os textos historiográficos e o discurso documental (NUNES, 2008a). Em um segundo momento, apresentarei o estado da arte da pesquisa que venho desenvolvendo, retomando brevemente resultados já alcançados (COSTA, 2020a). E, do terceiro

ao quinto momento, analisarei textos historiográficos, com vistas a compreender o processo de historicização da *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, notadamente no que concerne ao seu título, às suas filiações teóricas, à sua forma material e à relação estabelecida com as demais gramáticas reagrupadas sob o nome de Said Ali.

## 1. Políticas teórico-científicas e discurso documental

Conceber a História das Ideias Linguísticas a partir da perspectiva discursiva implica considerar o funcionamento necessariamente político das línguas e da linguagem. Isto porque, conforme pontua Orlandi (1988;1998), num aspecto mais amplo, falar já é em si uma prática política, no sentido em que as relações históricas e sociais sempre se fazem nela significar. Relacionada a essa forma mais geral de manifestação do político na linguagem, porém, encontra-se uma outra, mais restrita e técnica, a saber: a política linguística ou, como propõe a autora (id., 2007), a política de línguas. Com esse deslocamento, Orlandi (ibid., p. 9) lança luz sobre o fato de que “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” e coloca em cena a necessidade de se considerar as “formas sociais sendo significadas por e para sujeitos históricos e simbólicos, em suas formas de existência, de experiência, no espaço político de seus sentidos” – espaço esse, de acordo com Guimarães (2005), marcado pela disputa entre línguas, entre modos de dizer e entre os sujeitos a esses modos identificados.

No que concerne a esse aspecto político mais restrito, faz-se preciso considerar ainda a relação intrínseca existente entre a história das línguas e a história do conhecimento linguístico. E isso porque “o homem – nos lembra mais uma vez Orlandi (1988, p. 8) – não deixa de articular a história dos acontecimentos com a história da ciência que coloca esses acontecimentos como objeto de explicação”. É nesse sentido que compreendo que a reflexão sobre a (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro inscreve-se na reflexão sobre política linguística, mais especificamente, na vertente designada como políticas teórico-científicas (id., 2019). Como nos explica Orlandi, em nossa perspectiva, política e ciência se conjugam:

o político está presente nas teorias linguísticas e [em] como os linguistas se posicionam frente ao que são as políticas da Linguística, estas entendidas tanto relativamente às práticas de línguas, como às práticas teóricas dos que trabalham com a linguagem. (ibid., p. 17).

Dito de outra maneira, isso significa que o cientista da linguagem não escapa à determinação ideológica. Ao contrário, enquanto sujeito da ciência e do dizer, a conjuntura política em que se inscreve ressoa nas filiações teóricas determinantes da sua prática científica.

Dessa maneira, entendo que os textos produzidos a partir da posição-sujeito historiador/historiógrafo que aqui me proponho a analisar inscrevem-se naquilo que Nunes (2008a, p. 82) designou como discurso documental, isto é, “um saber científico, que toma forma na relação com as instituições, os sujeitos da ciência, os meios de circulação do saber, dentre outros aspectos conjunturais”. O discurso documental é, portanto, conforme o autor, “um discurso científico que se realiza por meio de textos documentais [dentre eles, os que tenho chamado de textos historiográficos (Cf. COSTA, 2020a)] e que produz uma historicização da ciência” (NUNES, 2008a, p. 83). Com isso, Nunes propõe uma distinção entre o que chama de “textos a serem documentados” (as obras – no caso em tela, a *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, de Said Ali) e “os textos documentadores (descrições, comentários, resumos, indexações, bibliografias, periodizações etc.)”. Em suas palavras,

Uma obra passa a ser um “documento” na medida em que ela é historicizada, ou seja, na medida em que ela se torna objeto de um saber documental. O texto documental nomeia, data, seleciona objetos e traça percursos. Sua tipologia é variada e caracteriza-se pelo caráter metalinguístico. Por vezes, ele se apresenta inserido em um texto teórico, outras vezes apresenta-se como texto de arquivo, com o objetivo reconhecido de documentação. (ibid., loc. cit.).

No tocante à concepção de documento, lembremos aqui o que diz Foucault, no seu *Arqueologia do saber*:

O documento não é o feliz instrumento de uma história que seria em si mesma, e de pleno direito, *memória*; a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar *status* e elaboração à massa documental de que ela não se separa. (FOUCAULT, [1969] 2007a, p. 8) [itálico do autor].

Criticando o que chama de história tradicional, Foucault (ibid., loc. cit.) esclarece ainda que esta “se dispunha a ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem” [itálicos do autor]. Em seguida, distinguindo esse fazer histórico tradicional daquele que se desenvolvia em seus dias, afirma:

a história é o que transforma *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. (ibid., loc. cit.) [itálicos do autor].

Le Goff ([1977] 2013, p. 485-486), retomando a reflexão foucaultiana e ressaltando a relação entre a produção de uma memória coletiva e a sua forma científica, a história, pontua que, no fim do século XIX e início do século XX, os documentos constituem “o fundamento do fato histórico” e que, embora resultem da “escolha do historiador”, parecem apresentar-se por si mesmos como uma “prova histórica”. Ou seja, o historiador “escolhe” (crê escolher, sob a ilusão de ser senhor de si e do seu dizer) o que (não) pode e (não) deve ser documentado, tornar-se documento, inscrever-se na história e, portanto, na memória coletiva. Com isso, Le Goff (ibid.) assinala o fato de o documento, tomado enquanto texto escrito, ter sido concebido pelo historiador

positivista – ou tradicional, no dizer de Foucault – em sua transparência, cabendo-lhe, então, extrair dele o seu conteúdo, período este que o autor caracterizou como sendo de “triumfo do *documento* sobre o *monumento*” (ibid., p. 487) [itálicos do autor]. Visto dessa maneira, como explica Medeiros (2017, p 138), o documento significado enquanto prova, evidência, “tece o efeito de verdade que sustenta o discurso historiográfico”, tornando-se parte constitutiva da “escrita da história”.

No final da segunda década do século XX, de acordo com Le Goff ([1977] 2013, p. 485-486), coloca-se, com a escola dos *Annales*, a necessidade de ampliação da noção de documento de modo a extrapolar a materialidade do texto escrito, mas somente a partir dos anos sessenta tem-se o que chamou, citando Glénisson, de *revolução documental*. Tal revolução, de ordem quantitativa e qualitativa, põe em xeque, a seu ver, novamente não só a noção de documento como o tratamento a ele dispensado e, remontando mais uma vez a Foucault, promove a substituição de uma concepção de história linear pela de história descontínua<sup>5</sup>.

O auge da reflexão de Le Goff, no entanto, se encontra na afirmação de que “não nos devemos contentar com esta constatação da revolução documental” (ibid., p. 492). A crítica iniciada pelos fundadores dos *Annales* ainda precisava ir além e problematizar a relação entre documento e monumento, isto é, a transformação, em função da sua “utilização pelo poder” (ibid., p. 494), daquele neste – o que ocorre quando a crítica do documento concebido enquanto monumento passa a ser, então, tomada como um dever do historiador, conforme podemos ler na passagem a seguir:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (ibid., p. 495)

Assim, aproximando-se em sua explanação daquilo que Foucault considerou como o fazer histórico dos seus dias, Le Goff ressalta:

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo. Os medievalistas, que tanto trabalharam para construir uma crítica – sempre útil, decerto – do falso, devem superar esta problemática, porque qualquer documento é, ao mesmo tempo, verdadeiro – incluindo talvez sobretudo os falsos – e falso, porque um monumento é em primeiro lugar uma roupagem, uma aparência enganadora, uma montagem. É preciso começar por desmontar, por demolir esta montagem, desestruturar essa construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos. (ibid., p. 496-497).

Partindo da reflexão proposta por Foucault e Le Goff, discursivamente, interessa-me pensar como, nos processos históricos de significação do monumento em documento e do documento em monumento, se dá a relação entre interpretação, evidenciamento e silenciamento<sup>6</sup>. No primeiro – isto é, no processo de significação do monumento em documento –, o gesto de interpretação do historiador nega o caráter interpretativo do monumento, impondo-lhe, ao documentá-lo, uma leitura única, literal, e silenciando outras leituras (im)possíveis, ao mesmo tempo em que se nega enquanto tal. No segundo – isto é, no de significação do documento em monumento –, o

gesto de interpretação do historiador, embora reconheça o caráter interpretativo do documento-monumento, ainda se ignora, se silencia enquanto tal, silenciando também as suas condições de produção e, por conseguinte, a sua determinação ideológica, de modo que, ao inscrever-se na memória coletiva como um discurso científico, o discurso da história, por meio daquilo que Nunes (2008a) chama de textos documentadores, passa a ser tomado como evidência, como a verdade sobre as obras que documenta, sobre os documentos que monumentaliza. Há, pois, um deslocamento do efeito verdade de que fala Medeiros (2017), que passa, então, a se manifestar não mais em função dos textos documentados serem tomados como provas históricas, mas dos textos documentadores serem tomados como frutos de uma prática científica.

É nesse sentido que Orlandi ([2001] 2008a) afirma que o analista do discurso deve considerar o deslocamento do texto de discurso a monumento, sem, todavia, parar nele. Ao olharmos o texto, seja este um texto documentador ou um texto a ser documentado, buscamos pensá-lo em relação à ideologia. Tratar da questão da ideologia é, conforme a autora, “criar condições teóricas, metodológicas para podermos observá-la. E observá-la é observar o funcionamento do discurso” (ibid., p. 13) que o analista-historiador<sup>7</sup>, em seu gesto de interpretação, busca descrever. Assim, compreendemos o texto não como uma unidade linguística, mas como um exemplar discursivo, uma unidade de análise que integra o Dispositivo Teórico-Analítico constituído pelo pesquisador em função do seu objeto e da questão dirigida a ele e cuja forma material constitui apenas “parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade” (ibid., loc. cit.).

Na esteira de Orlandi, Nunes (2008a, p. 81), ao propor-se a observar práticas de documentação, considera os gestos de interpretação a partir dos quais tais práticas se constituem e ressalta a importância do deslocamento do “olhar do documentalista e do leitor consulente em direção a uma perspectiva de análise da documentação e do arquivo” para que não se deixem levar pela “história sempre-já contada” (ORLANDI, 2002, p. 11). É, pois, nesse sentido que me tenho proposto a refletir a respeito do gesto de interpretação produzido a partir da posição-sujeito historiador/históriógrafo<sup>8</sup> visando compreender o processo de significação de Said Ali e sua obra na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro (COSTA, 2020a).



De acordo com os princípios teóricos da Análise de Discurso, há injunção à interpretação, e tal injunção se dá por meio da interpelação ideológica do indivíduo em sujeito de/a um sentido. A interpretação é, assim, um gesto, uma tomada de posição, um ato no nível simbólico da linguagem produzido sempre de/a partir de um determinado lugar histórico e social, o qual passa, então, a constituir o dizer. Segundo Orlandi,

Nesse movimento de interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação com o histórico e o simbólico. Por esse mecanismo – ideológico – de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências – como se a linguagem e a história não tivessem a sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência”. (ORLANDI, [1999] 2007a, p. 45-46).

Ademais, não devemos esquecer, como também nos ensina Orlandi ([1996] 2007b, p. 9), que “a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação de linguagem”, inclusive nos discursos científicos. Como nos alerta a autora, “embora ela seja mais relevante para as ciências da linguagem, ela está presente no exercício das ciências humanas, em particular, e de qualquer ciência, em geral” (ibid., loc. cit.). Sendo assim, resta dizer que, ao colocar em questão os gestos de interpretação que, determinados por distintos Dispositivos Teóricos, são produzidos a partir da posição historiador/históriógrafo, ressalto também a produção do meu próprio gesto de interpretação a partir da filiação ao Dispositivo Teórico-Analítico da Análise de Discurso (AD), na sua relação com a História das Ideias Linguísticas (HIL). A distinção, no entanto, entre esses processos de identificação/subjetivação – e,

portanto, entre os gestos de interpretação que deles resultam – se dá na medida em que a filiação ao dispositivo da AD-HIL, embora não ocorra fora da ideologia, proporciona ao sujeito analista o distanciamento necessário para que, em vez de reproduzir a ilusão de evidência produzida pelo funcionamento ideológico, busque desnaturalizá-la, problematizando a relação do sujeito com o sentido, da língua com a história e, dessa maneira, da produção do conhecimento científico sobre a língua(gem) com o político.

## **2. Gestos de interpretação do historiador/historiógrafo e dizeres sobre Said Ali – breve histórico**

Em Costa (2020a), apresentei uma análise inicial de textos que, organizados por gestos historiográficos e publicados nos séculos XX-XXI, dizem sobre Said Ali e sua obra, com o objetivo de responder às seguintes perguntas: 1) como o nome de autor Said Ali e os dizeres a ele filiados são significados em textos ditos historiográficos?; 2) em que redes de filiações significativas são inscritos?; e 3) qual a relação estabelecida, segundo esses dizeres *sobre* Said Ali, entre filologia, gramática e linguística *nos* dizeres *de* Said Ali?<sup>9</sup>. No referido artigo, após analisar os textos historiográficos selecionados, concluo:

A partir da análise empreendida, foi possível observar, nos mecanismos de citação e de apropriação de dizeres *de* Said Ali e *de* outros comentaristas<sup>10</sup> de sua obra, o movimento ambíguo de significação dos textos filiados a esse nome de autor (re)produzido a partir dos gestos de interpretação empreendidos por sujeitos historiadores/historiógrafos ao se posicionarem como autores-comentaristas dos dizeres *de* Said Ali. Foi possível também observar o movimento de circulação desses dizeres *sobre* Said Ali ao longo dos séculos XX-XXI – movimento este que, como vimos, é marcado pela (re)produção dessa ambiguidade, por encontros e desencontros, permanências e rupturas, alianças e embates entre as posições a partir das quais as obras filiadas a esse nome de autor são significadas. (ibid., p. 195)

Em meu gesto de leitura, tenho observado ainda que essas repetições e rupturas, encontros e desencontros, alianças e embates, a partir dos quais se dá o movimento ambíguo de significação de Said Ali e sua obra em textos organizados a partir de gestos historiográficos, também se presentificam quando confrontados aos dizeres *de* Said Ali.

A título de ilustração, consideremos, por exemplo, as imagens projetadas para esse nome de autor<sup>11</sup> nos textos historiográficos analisados no artigo supracitado. Neles, Said Ali é significado como “Filólogo”, “Gramático”, “Neogramático”, “Sintaticista”, “Professor”, “Linguista”, “Estruturalista” e “Estilicista” (ibid.) – ou seja, como se pode observar, esse nome de autor é filiado a lugares entre os quais, no final do século XIX e início do século XX, estabeleceu-se uma relação muitas vezes de contradição. E isso a despeito de, no prefácio da 2<sup>a</sup>. edição de *Difficuldades da Lingua Portuguesa*, publicado em 1919, encontrarmos uma citação do *Curso de Linguística Geral*, publicação de 1916 cuja autoria foi atribuída ao linguista genebrino Ferdinand de Saussure e que, conforme Scherer e Costa (2018, p. 61), “possui uma grande importância histórica para a consolidação daquilo que hoje chamamos de Linguística Moderna e sua disciplinarização no Brasil”; ou de, na 1<sup>a</sup>. edição do livro de Said Ali, publicada em 1908, assim como em três artigos publicados em 1895 na *Revista Brasileira* que foram reeditados em *Difficuldades* desde a sua 1<sup>a</sup> edição, já comparecerem sentidos sobre o fazer do linguista e o domínio da Linguística – sentidos esses que com certa regularidade são silenciados em dizeres sobre Said Ali e sobre a sua inscrição na história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro.

Sobre esse ponto de tensão entre os dizeres *de* e *sobre* Said Ali pretendo me debruçar em oportunidade futura. Por ora, retomando as questões levantadas no referido artigo, como anunciado anteriormente, dedicar-me-ei a perscrutar o processo de significação de uma obra em especial filiada a esse nome de autor, qual seja, a *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, em função da polêmica instaurada nos diferentes momentos de sua circulação e leitura. Com esta reflexão, pretendo ainda investigar o seu movimento de reedição a fim de identificar possíveis alterações, assim como os efeitos produzidos por estas nos dizeres *sobre* Said Ali nos diferentes momentos e espaços em que circulam, e, com isso, reconstituir um possível trajeto realizado por

essa gramática na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro.

### **3. De *Grammatica do Portuguez Historico* a *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*?**

A partir da posição historiador/histiógrafo que diz sobre Said Ali e sua obra, Bechara (1962, p. 15), tomando a correspondência ativa de Capistrano de Abreu<sup>12</sup> a destinatários diversos<sup>13</sup> como prova histórica<sup>14</sup>, considera que este seria o responsável pelas três gramáticas do português publicadas por Said Ali em vida, quais sejam: a *Gramática Histórica*, a *Gramática Secundária* e a *Gramática Elementar da Língua Portuguesa*<sup>15</sup>, as quais foram escritas quase simultaneamente entre 1919 e 1923. E isso porque Capistrano teria convidado Said Ali, provavelmente no ano de 1919, para escrever as gramáticas para a editora dos Srs. Weiszflog por entender ser ele “a única pessoa capaz”<sup>16</sup>.

A *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* foi publicada com esse título apenas a partir da 2ª edição, lançada em 1931. A sua primeira edição foi publicada em duas partes: *Lexeologia do Portuguez Historico*, em 1921, e *Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico*, em 1923. Tal fato, de acordo com Bechara (1956), se deveu à urgência de publicação para que pudesse concorrer ao Prêmio Francisco Alves da Academia Brasileira de Letras (ABL) – concurso este no qual obteve o primeiro lugar em 1921<sup>17</sup> e, posteriormente, em 1927, conforme comparece na folha de rosto da 2ª edição em diante<sup>18</sup>.

Em sua reflexão, Bechara (1956; 1962; [1993] 2015) comenta ainda o que coloca como a “mudança de título” da 1ª para a 2ª edição e como a “estranheza” causada pela gramática de Said Ali quando da sua publicação. De acordo com esse comentador<sup>19</sup> – único dos que teve acesso em cujo dizer problematiza-se o gesto de nomeação dessa gramática –, o título adotado a partir da 2ª edição é “fora do propósito do autor” (1962, p. 39). Para Bechara, os títulos primitivos das duas partes que constituem a primeira edição, são evidência de que “Said Ali desejou empreender uma gramática do português histórico, isto é, a partir da língua já documentada” (ibid., loc. cit.). O qualificativo *histórico*, entretanto, embora determinasse “português”, e não “gramática”, teria produzido em seus leitores certa expectativa em relação à presença do latim, que comumente comparecia nas gramáticas

ditas históricas da época – ausência esta que, apesar de justificada em mais de um ponto da obra, teria causado estranheza “a certos leitores de trabalhos congêneres” (1956, p. 171). Em virtude disso, essa teria sido a obra, nas palavras de Bechara ([1993] 2015, p. 11), que “mais problemas de caráter metodológico apresentou a Said Ali”.

São três os argumentos apresentados por Bechara para justificar a ausência do latim em função, em seu entender, da orientação teórico-metodológica adotada<sup>20</sup>: 1) em conferência proferida na ABL em 1914 e, posteriormente, publicada na 2ª edição de *Difficuldades da Língua Portuguesa* (1919), Said Ali já havia afirmado, apoiando-se em Meyer-Lübke<sup>21</sup>, a maior proximidade da sintaxe das línguas românicas do alemão ou do grego moderno que do latim antigo; 2) sendo um compêndio destinado a alunos do ensino secundário, que deveriam adotá-lo como manual didático no curso de “Gramática Histórica”, o espaço que seria destinado ao latim poderia ser mais bem aproveitado se fosse utilizado para se abordar, por meio da comparação entre as fases antiga e moderna, o progresso da língua portuguesa<sup>22</sup>; e 3) tendo em vista o conceito, apresentado no *Curso de Linguística Geral*, de gramática enquanto “descrição de um ‘estado de língua’”, visto em sua sincronia, e, por consequência, a negação da existência de uma gramática histórica, Said Ali teria sido impelido, para dizer sobre as fases do português histórico, a filiar-se à então chamada linguística diacrônica.

Esse último argumento justificaria ainda o título atribuído por Said Ali à sua obra. Diz Bechara ([1993] 2015, p. 11):

Partindo dessa lição, Said Ali deu ao seu livro o nome de *Gramática do português histórico* (e não *Gramática histórica do português*), em que descreve os fatos, levando em conta os diversos estados de língua, desde o início da documentação histórica até os nossos dias. O que pretendeu o autor foi mostrar as mudanças linguísticas ocorridas nas diversas fases por que passou o português. Para tanto, não ficou na divisão clássica proposta por José Leite de Vasconcelos, segundo a qual duas são as fases históricas do português: a arcaica (das origens aos princípios do século XVI) e a moderna (daí aos nossos dias).

Said Ali, para poder com mais exatidão comparar os estados de língua, distinguiu, no português moderno, as subfases do português quinhentista, português seiscentista e português setecentista, e acrescentou a fase “hodierna”, com as características criadas ou fixadas a partir do século XIX (algumas remontam ao século XVIII).

Essa proposta de divisão, no entanto, também de acordo com Bechara (1962, p. 41), teria sido “injustamente pouco aproveitada pelos que posteriormente trataram do assunto”. No que respeita à possível identificação de Said Ali ao quadro saussuriano, lemos em Bechara ([1993] 2015, p. 12) ainda que “a consequência da oposição sincronia x diacronia” não se limitou “à fuga original da denominação ‘gramática histórica’”, mas se fez significar na forma material da gramática, produzindo como efeito a exclusão do latim (ibid., loc. cit.):

Se a sincronia é a descrição de um sistema linguístico num dado momento ou fora do tempo, e a diacronia o estudo do desenvolvimento desse sistema através do tempo, de geração a geração, está-se fazendo diacronia tanto ao se compararem dois sistemas durante um grande espaço de tempo (por ex.: o sistema latino e o sistema português), dentro do modelo canônico das gramáticas históricas, quanto dois sistemas delimitados por um espaço de tempo mais curto (por ex.: o português antigo e o português moderno, ou o português moderno e o português hodierno). O estudo de linguística diacrônica é tão válido quando levado a cabo, segundo a primeira hipótese, quanto pela segunda hipótese. Said Ali optou por esta segunda maneira de encarar o estudo diacrônico e, pela primeira vez em língua portuguesa, elaborou uma “gramática histórica” sem partir diretamente do latim, preocupado que estava com o plano das sucessões dentro do próprio português.

Como podemos ler na sequência acima, com o fito de justificar a ausência do latim na gramática de Said Ali, em Bechara (ibid.), são apresentadas duas hipóteses, consideradas igualmente legítimas, em relação ao espaço temporal abarcado pela chamada diacronia, um mais longo e um mais curto, havendo em ambos os casos, como pode ser depreendido a partir da exemplificação entre parênteses, a comparação entre dois estados da língua, entre duas sincronias. De acordo com esse comentador, Said Ali teria optado pela segunda hipótese, projetando, assim, para a sua gramática um efeito de coerência em relação ao quadro teórico-metodológico em que ela se inscreve.

Tendo em vista o exposto, faz-se preciso aqui promover uma breve discussão a respeito dos conceitos de sincronia e diacronia em Saussure. Concernente ao conceito de sincronia, Gadet ([1987]1996, p. 55) propõe uma interessante reflexão. Afirma a autora: “Mas ‘sincronia’ não é para se considerar como um simples equivalente de ‘estado da língua’, realidade empírica que autoriza discussões (trata-se de um momento pontual ou de um período? Um período de que dimensão? [...])” [tradução minha]. Em seguida, constatando que a língua está sempre mudando, conclui que não é possível observar o estado sincrônico, sendo necessário, por isso, tomar a sincronia como um conceito que permite definir teoricamente o sistema abstrato. No caderno II de anotações de Riedlinger do segundo curso de linguística geral ministrado por Saussure na Universidade de Genebra entre 1908 e 1909 (RIEDLINGER/SAUSSURE, 1997), lemos que o linguista genebrino, reconhecendo essa indeterminação do conceito de sincronia que faz parecer que tudo que é simultâneo pertenceria a uma mesma ordem, teria inclusive proposto que, para se referir a uma língua determinada em um momento determinado, se acrescentasse antes do adjetivo sincrônico o prefixo idio- (idiosincrônico) – especificação essa que seria, pois, desnecessária ao se tratar de fenômenos diacrônicos.

Visando compreender o comentário de Bechara sobre a obra de Said Ali, acredito que os questionamentos levantados por Gadet em relação à delimitação da sincronia poderiam também ser colocados em relação à diacronia, ainda que cheguemos a respostas distintas. De Mauro ([1967] 2005), em edição crítica do *Curso*, lembra que, em 1929, ou seja, após a publicação da 1ª edição da gramática de Said Ali, os linguistas de Praga, criticando a separação entre sincronia e diacronia,

defendiam a impossibilidade de se levantar barreiras intransponíveis entre a análise sincrônica e a análise diacrônica baseados no argumento de que se, por um lado, uma vez que a consciência dos falantes se limita aos estados em via de aparecimento ou de superação, é possível eliminar a consideração diacrônica da sincrônica, por outro, por ser no sistema que as transformações são produzidas, não é possível desconsiderar a sincronia nas análises diacrônicas. Para De Mauro, entretanto, esta, assim como outras discussões sobre o *Curso*, apresenta alguns equívocos, visto que “a atitude fundamental de Saussure é que a oposição entre sincronia e diacronia é uma oposição de ‘pontos de vista’; ela tem um caráter metodológico concernente ao pesquisador e ao seu *objeto* [...] e não ao conjunto de coisas das quais se ocupa o pesquisador, sua *matéria*” (ibid., p. 453) [tradução minha]. De Mauro lembra ainda que, no *Curso*, afirma-se que a cada instante a língua implica simultaneamente um sistema estabelecido e uma evolução, sendo por isso ao mesmo tempo uma instituição atual e um produto do passado. Assim, conclui o comentador, que, do ponto de vista do método da pesquisa e da exposição, é impossível negar a coexistência da dupla perspectiva sincrônica e diacrônica por consistir em “uma rigorosa consequência da noção de arbitrariedade do signo” (ibid., p. 455) [tradução minha].

Desse modo, considerando essa dupla perspectiva, cabe aqui lembrar que o ponto fulcral da reflexão de Saussure, no *Curso*, quanto ao conceito de diacronia é a consideração não de uma delimitação temporal, mas da relação estabelecida entre “termos sucessivos que se substituem uns aos outros no tempo” (SAUSSURE, [1916] s/d, p. 163), ou seja, que pertencem a diferentes “estados da língua” e, portanto, a diferentes sincronias – sentido esse que, como visto, produz ressonâncias no dizer de Bechara sobre a gramática histórica de Said Ali. No caderno III de Riedlinger (RIEDLINGER/SAUSSURE, 1997, p. 49), encontramos a afirmação de que “o erro” da gramática histórica do inglês, por exemplo, teria sido justamente estudar diversos estados da língua um após outro, partindo do anglo-saxão, quando para observação e julgamento dos fatos é preciso analisá-los a partir de uma dupla perspectiva: a sincronia (eixo da simultaneidade) e a diacronia (eixo da sucessão). No caderno IV, Riedlinger/Saussure (ibid.) afirma ainda que a prática da linguística diacrônica prospectiva – método comumente adotado pela Gramática Histórica – é uma idealização,



visto que quase nunca são encontradas condições para que ela seja aplicada, sendo necessário um número infinito de fotografias da língua, de notações exatas de cada momento, ou seja, de diversos estados idiossincrônicos, para avaliar a sua mudança em um longo período. À linguística diacrônica prospectiva opõe-se, então, a retrospectiva, para a qual é preciso um método reconstrutivo baseado na comparação entre diferentes estados da língua, o que se considera impossível de ser feito com línguas isoladas, mas plenamente possível, visando, por exemplo, à reconstituição de traços essenciais do indo-europeu, se se considera um feixe de línguas aparentadas, como o latim, o grego e o antigo eslavo, entre outras. Essa distinção entre os dois métodos da linguística diacrônica comparece no *Curso*, no qual comparecem também sentidos de proscrição do primeiro em prol do segundo<sup>23</sup>.

Assim sendo, no gesto de interpretação de Bechara, ao deslocar-se o sentido de diacronia de um espaço temporal limitado para o de cotejo entre estados de língua a partir da filiação à linguística diacrônica, reivindicava-se um sentido outro, distinto daquele que circulava no Brasil quando da publicação da 1ª e da 2ª edição da gramática de Said Ali, para o sintagma “gramática histórica”, silenciando-se, todavia, a distinção entre os métodos prospectivo e retrospectivo<sup>24</sup>.

Em Bechara (ibid.), a obra de Said Ali é também significada como uma gramática histórica, mas não no sentido encontrado nos estudos filiados ao método histórico-comparativo, cujo “excesso” Said Ali teria buscado combater, “apesar de ter aí seus autores preferidos” (BECHARA, 1962, p. 19) ou à Neogramática, considerada por Said Ali excessivamente positivista (ibid., p. 39), e sim como uma gramática descritiva de fases daquilo que se concebe como português histórico. Logo, tratar-se-ia de uma gramática histórica, sim, mas “dentro do que entendia Saussure por diacronia, estudo da língua dentro da história, no plano das sucessões (BECHARA, [1993] 2015, p. 13). E esse seria também, conforme Bechara (ibid.), o posicionamento de Said Ali.

De fato, o sintagma “gramática histórica” comparece no prólogo da gramática de Said Ali, mas somente a partir da 2ª edição, como podemos ler abaixo:

A parte complementar que a *Lexeologia* reclamava saíu a lume dous annos depois. Constituíam os dous volumes uma grammatica

historica que, sem desprezar a evolução do latim para o português, estudava particularmente as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico, isto é, no longo período decorrido desde o tempo que se conhece o português como língua formada e usada em documentos. Na presente edição foram transpostos para o lugar devido os capítulos referentes a conhecimentos preliminares que, a título de apêndices, se haviam ajuntado à segunda parte. Expungiram-se falhas e incorreções e fizeram-se alterações e acréscimos para melhor esclarecimento de alguns factos da linguagem. (SAID ALI, 1931, p. VI) [sublinhado meu].

Nos prólogos das duas partes que constituem a 1ª edição, porém, o nome empregado é “livro”. Esses (não) comparecimentos, em meu entender – uma vez que, como se verá adiante, alterações foram impostas a essa edição para que ela pudesse sair –, dizem das condições de produção de cada uma dessas edições e podem ser sintomáticos da posição em que se inscreve Said Ali, a qual buscarei depreender em gestos futuros de análise de sua obra.

Comentando as alterações que se impuseram à 2ª edição, Bechara ([1993] 2015, p. 13) afirma que, quando da publicação, em 1921, da sua primeira parte, a gramática histórica de Said Ali não teria sido “bem entendida” pelo público especializado e pelos alunos. Essa não compreensão da obra estaria associada, ao seu caráter inovador, “dentro do maior rigor científico” (ibid., loc. cit.) e, portanto, à ruptura promovida em relação ao modelo de gramática histórica legitimado socialmente à época. Por esse motivo, apesar de ter ficado em primeiro lugar na premiação da ABL, já durante o concurso de 1921 teria sido “alvo de crítica de um membro da Academia Brasileira de Letras, integrante da comissão”, em virtude justamente da ausência do latim<sup>25</sup>.

A despeito disso, como dito anteriormente, a obra foi premiada. Porém, mesmo com o prêmio da ABL e com o “peso da autoridade de que já gozava Said Ali no meio do magistério brasileiro”, impôs-se, de acordo com Bechara, que o título da segunda edição, publicada em 1931, fosse alterado para que atendesse “às exigências dos programas

oficiais de ensino” (ibid., loc. cit.), os quais, nessas condições de produção, conforme Orlandi (2001, p. 18), ocupam posição primordial na construção da unidade linguística e na produção de saberes sobre ela. É interessante observar, contudo, que nesta, assim como na 1ª ou na 3ª edição, não comparece em nenhum lugar o público-alvo a que se destina ou o espaço de circulação projetado na/pela gramática.

Além da alteração empreendida no título, foram acrescentados à 2ª edição um prólogo (visto acima), em que, ainda conforme Bechara, Said Ali buscava “defender o ponto de vista anterior que dava à obra o seu tom de originalidade” (BECHARA, [1993] 2015, p. 13) e “treze páginas minguidas sob a rubrica Alterações fonéticas do latim vulgar” (id., 1962, p. 39). Houve ainda, como podemos ler no prólogo da 2ª edição, alteração de ordem de capítulos, que antes estavam no apêndice e foram levados para o início da gramática.

A respeito das páginas acrescentadas, Bechara afirma que “destoam do conjunto pelo inexpressivo da lição e bem demonstram a pouca importância que o mestre dava aos excessos do positivismo das evoluções fonéticas dos junggrammatiker”<sup>26</sup> (ibid., loc. cit.). Sobre a projeção do ponto de vista defendido por Said Ali no prólogo da 2ª edição, lembremos aqui o que pontua Lagazzi (2012, p. 181) ao analisá-lo. A autora afirma que a relativa determinativa “que [...] estudava particularmente as alterações do idioma nas diversas fases do português histórico”, presente após o sintagma “grammatica historica”, é restritiva e delimitadora e, por isso, “produz o efeito de pré-construído sobre a nomeação”, isto é, um efeito de verdade que se coloca sob a forma de evidência, de modo que o seu sentido fica “posto, indiscutível, naturalizado e, portanto, legitimador de tudo o que possa ser afirmado sobre a gramática histórica”. Com isso, Lagazzi (ibid.) chama atenção para a instituição e para a legitimação do “estudo das alterações do idioma nas diversas fases do português histórico” como um sentido possível para “grammatica historica” – o que se coaduna ao posicionamento de Bechara de que, em detrimento das alterações procedidas, no prólogo à 2ª edição, projeta-se um imaginário de defesa da orientação teórico-metodológica a que se filia a gramática histórica de Said Ali.

As alterações procedidas por ocasião dessa edição, contudo, não teriam sido suficientes para que “os contemporâneos a deixassem de ver como uma produção estranha, que fugia aos cânones tradicionais das

gramáticas históricas escritas para o português ou para outras línguas” (BECHARA, [1993] 2015, pp. 13-14), de modo que a 2ª edição da gramática histórica de Said Ali, assim como havia sido a primeira, é significada em Bechara como “um desastre editorial”. Diz o autor (ibid., p. 14):

vale lembrar que o livro, em vida do autor, não passou dessa 2ª edição, saída à luz quase dez anos depois da 1ª, o que significa, em se tratando de livro didático, um desastre editorial. Só mais tarde, a partir da década de 50, sendo mais conhecidas e discutidas as ideias de Saussure, é que a obra conhece maior número de edições, e é posta em evidência toda a novidade que ela inaugurara na década de 20.

Said Ali faleceu em 1953, aos 92 anos. A 3ª edição melhorada e aumentada da sua gramática histórica foi publicada em 1964, em comemoração ao seu centenário e trinta e três anos após a segunda edição. Nessa ocasião, também foram reeditadas, pela Edições Melhoramentos, as gramáticas secundária e elementar. A preparação, revisão e comentário da reedição da gramática histórica ficou a cargo de Maximiano de Carvalho e Silva, que, em sua “Apresentação”, afirma: “Assim também prestamos a nossa humilde homenagem a Said Ali, cujas lições admiráveis tanto nos têm ajudado a encontrar a solução de alguns dos mais sérios problemas da Filologia portuguesa” (SILVA, 1964, p. 5).<sup>27</sup>

Antes de comentar a tensão estabelecida no tocante à filiação de Said Ali à Filologia ou à Linguística e à consequente significação de sua gramática histórica, devo destacar ainda que, para Bechara ([1993]2015, p. 14), as ressonâncias do *Curso* na obra de Said Ali não se restringem ao anteriormente exposto. Defendendo que a sua gramática “tenha sido das primeiras, se não a primeira a beneficiar-se das importantes reflexões teóricas de F. de Saussure e de suas consequências no estudo e descrição das línguas” (ibid., p. 16), Bechara elenca ainda como “presenças de Saussure na obra de Said Ali” a relação intrínseca entre “a psicologia de homem pensante” e as alterações da linguagem (ibid., p. 14); a constatação, embora não compareça a oposição entre língua e fala, de que é na fala que se

encontra o gérmen de todas as mudanças; o emprego de *Lexeologia*, em vez de *morfologia*, ainda que por motivos distintos dos apontados por Saussure; e a aplicação do conceito de alternância vocálica, em vez de metafonia e apofonia, para compreensão de determinadas alterações fonéticas.

Em síntese, de acordo com Bechara (1956; 1962; [1993] 2015), nos três textos aqui analisados, a *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Said Ali rompe com o Método histórico-comparativo e com a Neogramática para filiar-se à Linguística diacrônica, tal como teria sido formulada por Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Assim sendo, embora seja significada como uma gramática histórica, distancia-se da forma material socialmente legitimada quando da sua (re)formulação, de modo que são produzidos diferentes efeitos de leitura em momentos distintos de sua circulação.

Por fim, a partir dos comentários de Bechara, entendo ser possível distinguir aqui pelo menos três desses momentos, quais sejam: 1º) na década de 1920, quando foram publicadas separadamente as duas partes que constituem a 1ª edição (em 1921 e em 1923); 2º) na década de 1930, quando, para a publicação da 2ª edição (em 1931), as duas partes antes separadas foram reunidas em um só compêndio e alterações foram feitas em atendimento às demandas do mercado editorial; e 3º) na década 1960, quando foi publicada a 3ª edição melhorada e aumentada por Maximiano de Carvalho e Silva (em 1964). No primeiro momento, a leitura da obra, empreendida seja a partir da posição-sujeito aluno, seja a partir da posição-sujeito especialista, produz uma divisão de sentidos: para uns, é uma obra de referência sem igual no Brasil ou em Portugal<sup>28</sup>, a melhor obra do gênero publicada sobre a língua portuguesa, sendo inclusive digna de ser premiada pela Academia Brasileira de Letras; para outros, um texto incompleto, devido à ausência do latim, e, por conseguinte, inadequado para a adoção na escola. Esse sentido de falta atribuído à gramática de Said Ali coloca em questão um efeito de estranhamento em relação à forma material da gramática histórica que também se faz significar no segundo momento de circulação, a despeito das alterações realizadas. Já no terceiro momento, além de as ideias de Saussure, o do *Curso*, já se encontrarem mais difundidas no país, a disciplina Gramática Histórica estava sendo ensinada nas universidades brasileiras (CÂMARA JR., [1966]2004b)<sup>29</sup>, e não mais apenas na instituição escolar. Assim, com o deslocamento

do seu espaço de circulação, a (re)leitura em perspectiva da obra cerca de quarenta anos após a publicação da primeira edição – portanto, em condições de produção distintas – não mais produz o efeito de estranhamento observado nos momentos anteriores, mas, hegemonicamente, o de reconhecimento do seu caráter inovador em comparação aos estudos históricos desenvolvidos no Brasil quando da sua constituição, na década de 1920.

#### 4. *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*: o ponto de vista cria o objeto<sup>30</sup>

A *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* de Said Ali, todavia, não produziu divisão de sentidos somente nas leituras produzidas a partir das posições-sujeito aluno e especialista. Ao longo dos séculos XX e XXI, comentários heterogêneos foram produzidos sobre essa obra também a partir da posição historiador/históriógrafo. Foi o que pude constatar, ainda que brevemente, em trabalho anterior (COSTA, 2020a) e que aqui retomarei no quadro a seguir, no qual acrescento ainda textos documentadores outrora não analisados, como Câmara Jr. ([1966] 2004b), Martins (1996), Hackerott (2008)<sup>31</sup>, Guimarães (2016), com vistas a aprofundar a reflexão a respeito do movimento de (res)significação de Said Ali e sua gramática histórica. Vejamos o quadro.

TEXTO DOCUMENTADOR	FORMA MATERIAL	FILIAÇÃO TEÓRICA	(EFEITO DE) RUPTURA
Elia ([1963] 1975)	Gramática histórica	- Filologia - Método histórico-comparativo [prática acientífica]	---
Bechara (1956; 1962; [1993] 2015)	Gramática histórica = descrição diacrônica de fases do	- Linguística diacrônica [prática científica]	- Método histórico-comparativo - Neogramática

	português histórico		
Câmara Jr. ([1961]2004a; [1966] 2004b)	2004a: Gramática expositiva complementada com cotejo com fases antigas da língua = descrição sincrônica da língua  2004b: Gramática descritiva	2004a: - Fisionomia filológica Estruturalista [prática científica]  2004b: - Gramática Tradicional [prática desenvolvida “filologicamente, por assim dizer”]	2004a: - Neogramática  2004b: ----
Martins (1996)	Gramática histórica = “modernista” (apud Yakov Malkiel, 1968)	--- [prática especulativa, visando à interpretação dos fatos]	- Neogramática
Guimarães (2002; 2004a; 2016)	Gramática histórica = descrição da história da língua portuguesa	Gramática Histórica  [2004a: prática acientífica 2016: prática científica]	- Gramática descritiva prática (normativa)
Hackerott (2008; 2011)	Gramática histórica	2011: - Linguística - Neogramática [prática científica]  2008: ---- [prática científica]	2011: - Gramática filosófica  2008: - Neogramática
Lagazzi (2012)	Gramática histórica descritiva	- Linguística [prática científica]	- Gramática normativa

Quadro 1 – Movimento de (res)significação da *Grammatica Historica da Lingua Portugeza* de Said Ali em textos historiográficos

A leitura do quadro acima nos permite observar o movimento ambíguo de significação<sup>32</sup> da gramática histórica de Said Ali nos textos

historiográficos quanto à forma material, à filiação teórica e à ruptura que teria sido promovida. Em Costa (2020a), pontuei que, embora na periodização de Elia ([1963] 1975) Said Ali seja inscrito no período denominado por ele de científico, sua produção é significada como acientífica. E isso porque tal período, que vai de 1880 a 1960, é dividido em duas fases. A segunda delas, situada entre 1900 e 1960, é subdividida em três gerações, de modo que Said Ali é inscrito especificamente na segunda geração que, compreendida entre 1920 e 1940, apesar de se considerar que é representada pelos nossos valores mais representativos da Filologia, é caracterizada pelo autodidatismo e pelo acientificismo, visto que a transição para o cientificismo, de acordo com esse periodista, se dá a partir da terceira geração, que vai de 1940 a 1960, com a instituição das Faculdades de Letras. Quanto à gramática de Said Ali, em Elia (ibid.), ela é significada como uma gramática histórica “tradicional” filiada ao Método histórico-comparativo.

É interessante observar que o sentido de dissonância em relação ao que se tinha por tradicionalmente posto no tocante aos estudos históricos é justamente o que produz, como visto anteriormente, os diferentes efeitos de leitura nos dois primeiros momentos de circulação dessa obra e que faz com que Martins (1996), por exemplo, signifique a gramática de Said Ali, a partir de Malkiel, como uma gramática ‘modernista’, isto é, cuja produção se deu “à revelia do modelo dominante da época” (ibid., p. 65), que em seu entender filiava-se à Neogramática, e não ao Método histórico-comparativo, como encontramos em Elia. Diz a pesquisadora portuguesa:

Realizada em plena época neogramática, a gramática histórica de Said Ali se destaca por não se enquadrar em tal modelo. [...] De facto, na gramática de Said Ali o primado do factual cede lugar a um posicionamento mais especulativo visando a interpretação dos fatos em vez da sua simples organização e exposição. Não quer isso dizer que Said Ali atenda menos às fontes e aos dados que elas disponibilizam. Na verdade, contrariamente a Nunes e a Williams que normalmente não citam as fontes, Said Ali fá-lo, a cada passo citando, nas suas palavras, *provas e exemplos* retirados de *muitos e diferentes textos*



que *leu e cotejou*. O trabalho directo com as fontes é aliás uma opção explicitamente assumida por Said Ali, com resultados gratificantes. (ibid., p. 63-64).

Como se pode ler na sequência acima, Martins (ibid.) considera que Said Ali rompe com a tradição neogramática e com a forma material da gramática histórica filiada a esse quadro teórico. Tal ruptura se coloca para a comentadora em função do seu posicionamento especulativo e interpretativo, isto é, científico, frente aos fatos da língua a partir da exposição de “provas” e “exemplos” de diferentes fontes, e não simplesmente da organização e exposição de fatos – efeito este que teria feito Saussure, o do *Curso*, equiparar o método prospectivo a “uma simples narração” (SAUSSURE, [1916] s/d, p. 248). A comentadora atribui ainda o imaginário de inovação projetado pela gramática de Said Ali a outros aspectos, tais como: 1) o já mencionado deslocamento do foco de interesse das mudanças ocorridas do latim ao português para as mudanças ocorridas nas diferentes fases do português histórico; 2) o peso dispensado às diferentes disciplinas representadas na gramática, com predileção pela sintaxe e pela morfologia flexional em detrimento da fonética/fonologia, à qual tanto se dedicaram os neogramáticos; e 3), em consequência das duas primeiras, diferentemente dos demais gramáticos que se dedicavam ao estudo das alterações fonéticas/fonológicas no português medieval, o maior destaque para o português clássico e pós-clássico, por manifestarem essencialmente mudanças sintáticas.

Podemos, então, depreender a partir do comentário de Martins (1996), assim como vimos no de Bechara (1956; 1962; [1993] 2015), que o que está em jogo nesse processo de significação ambígua da gramática de Said Ali é um dado modo de fazer ciência e de escrever cientificamente sobre a língua(gem) que afeta a forma material da gramática, impedindo que ela seja significada como uma gramática histórica tradicional. Mesmo em Elia ([1963]1975), esse modo de fazer e escrever ciência produz ressonâncias, de tal sorte que a significação da gramática de Said Ali como uma gramática histórica tradicional, uma vez que filiada ao Método histórico-comparativo, não ocorre sem que sejam feitas ressalvas, como podemos depreender a partir da análise da sequência a seguir:

[...] a sua simpatia pelas doutrinas saussurianas revela o homem de saber sensível às novas colocações da ciência linguística, embora não lhe vejamos estrias estruturalistas. A nosso parecer, Said Ali foi um cultor do método histórico-comparativo, que aplicou de preferência aos fatos morfológicos e sintáticos, praticou a diacronia, entendendo-a corretamente como uma comparação de sincronias. (ibid., p. 131) [sublinhados meus].

A primeira ressalva se materializa por meio da concessiva, que nega a filiação de Said Ali ao quadro teórico da chamada Linguística Estruturalista, apesar da sua sensibilidade às novas colocações científicas; a segunda por meio da relativa explicativa, que, acrescentando sentidos contrastantes ao que então se tinha por fazer científico hegemônico do Método histórico-comparativo<sup>33</sup>, produz o efeito de pré-construído para a relação posta (a saber: fazer um estudo histórico-comparativo aplicando-o preferencialmente à morfologia e à sintaxe), legitimando-a; e a terceira por meio da oração coordenada assindética “praticou a diacronia”, seguida de uma reduzida de gerúndio, estrutura esta a partir da qual se projeta como da ordem do possível praticar a diacronia, tal como teria sido concebida por Saussure, filiando-se ao Método histórico-comparado.

O efeito de estranhamento em relação à forma da gramática de Said Ali, que leva à rejeição uns e à admiração outros, também se faz significar nos demais textos historiográficos por nós analisados. Neles, além disso, busca-se uma interpretação da gramaticografia de Said Ali, significando as gramáticas filiadas ao seu nome umas em relação às outras. É o que se verá na próxima seção, ao se analisar os gestos de interpretação empreendidos pelos demais comentadores.

## **5. A *Grammatica Historica da Lingua Portugueza* na relação com as outras gramáticas de Said Ali**

Como pontuado anteriormente, Said Ali escreveu quase simultaneamente três gramáticas: a histórica, a secundária e a elementar – todas voltadas para o uso na instituição escolar. De acordo com Hackerott (2008, p. 32-33), diferentemente da gramática histórica, a

secundária e a elementar apresentam uma abordagem sincrônica e diferem-se somente “quanto à função pedagógica”, já que, enquanto a primeira volta-se para o ensino secundário, a segunda destina-se ao ensino primário, apresentando, em função disso, explicação gramatical “mais concisa” e quase sempre “acompanhada por exercícios de aplicação”.

Entre a gramática histórica e a secundária no dizer dessa comentadora, projeta-se um efeito de complementariedade. Segundo ela (ibid., p. 32), a partir de Viaro (2001)<sup>34</sup>, “essas duas obras se complementam: enquanto uma busca a explicação na história do fato linguístico, a outra descreve-o como ele é usado na língua atual”. Como visto em Costa (2020a), Hackerott, em artigo de 2011, ao analisar os três artigos de Said Ali publicados na *Revista Brasileira* em 1895, defende que, no século XIX, os estudos linguísticos já eram praticados no Brasil por Said Ali, que, filiando-se à Neogramática, teria instaurado a Linguística como uma nova tradição de estudos sobre a linguagem, rompendo com a tradição da Gramática Filosófica, notadamente com as orientações de Jerônimo Soares Barbosa. Nesse mesmo artigo, a autora afirma ainda que esses textos de Said Ali “foram reeditados em *Dificuldades da língua portuguesa* (1908) e retomados na redação das gramáticas: elementar, secundária e histórica” (2011, p. 53). No artigo de 2008, no entanto, a comentadora chama atenção para um distanciamento de Said Ali, na gramática histórica, em relação ao quadro teórico a que, posteriormente, afirmaria estarem filiados os artigos de 1895. Cito:

Diferentemente da tradição dos neogramáticos, Said Ali não analisou a evolução do Latim ao Português, ateve-se às variações observadas nos textos da língua portuguesa desde os primeiros documentos datados do século XII até os contemporâneos. (HACKEROTT, 2008, p. 30) [sublinhado meu].

Os sentidos que comparecem em Hackerott e nos demais comentadores nos levam, assim, a questionar até que ponto é possível afirmar a filiação ou a ruptura da gramática histórica de Said Ali em

relação à Neogramática. Sigamos com nossa leitura dos textos historiográficos.

Outro comentário analisado em Costa (2020a) foi o de Câmara Jr. ([1961]2004a) em artigo intitulado “Said Ali e a língua portuguesa”. Nesse artigo, o sentido de desidentificação de Said Ali em relação à prática filológica e gramatical instituída em seu tempo se coloca em função da sua leitura da linguística europeia, sobretudo alemã. Tal fato, no entender de Câmara Jr., foi o que permitiu que se distanciasse da prática desenvolvida não só no Brasil, como também em Portugal, tirando dos neogramáticos não “a orientação evolutiva, mas as bases doutrinárias para encetar uma sistematização dos fatos gramaticais portugueses” (ibid., p. 224).

No gesto de interpretação de Câmara Jr., então, considerando que em sua prática Said Ali via na língua ‘uma estrutura’, afirma-se que “a sua fisionomia filológica é a do que chamaríamos hoje um ‘estruturalista’” (ibid., loc. cit.). É interessante observar que, do lugar de que fala Câmara Jr. – a saber, o do linguista estruturalista que lê em perspectiva a obra de Said Ali inscrevendo-se na posição historiador/historiógrafo – não é possível afirmar que Said Ali é um linguista estruturalista, porque em sua época a Linguística Estruturalista ainda não estava instituída enquanto ciência no Brasil, não havendo, conseqüentemente, no domínio dos estudos da linguagem, o lugar do linguista estruturalista. Said Ali, no dizer de Câmara Jr., tampouco é significado como um filólogo. Escapa-se dessa nomeação, como vimos, empregando-se o sintagma nominal “a sua fisionomia filológica” seguido do atributo “um estruturalista”, em que “estruturalista” desliza da posição de adjetivo, termo periférico que determina um substantivo, como *linguista*, por exemplo, para o de substantivo, termo nuclear do sintagma nominal que, por sua vez, é indefinido pelo artigo *um*. Tem-se, assim, no gesto de nomear, uma referência vaga, imprecisa, que, evidenciando a prática teórico-metodológica que constituiria o seu fazer científico, em detrimento do lugar que ocuparia enquanto estudioso da língua(gem), coloca em questão aquilo que Authier-Revuz (2000) designou como não coincidência entre as palavras e as coisas. Observemos ainda que, somando-se a esse funcionamento, o comparecimento do futuro do pretérito (*chamaríamos*) e do advérbio *hoje* materializa esse efeito de falta de palavra adequada no tempo de Said Ali para nomear o lugar por

ele ocupado, sendo, desse modo, em decorrência dessa não coincidência, significado como um estudioso, *um estruturalista*, à frente do seu tempo.

Na significação da obra de Said Ali, em Câmara Jr. ([1961] 2004a), assim como em Bechara, também é evocado o seu conhecimento do que se colocou como “o ponto de vista saussuriano”, em especial da distinção entre o estudo sincrônico e o diacrônico. É com base nisso que a gramática histórica de Said Ali é significada não como o que “por esse nome entendiam os seus contemporâneos, os mestres neogramáticos alemães”, ou como o que na época de Câmara Jr. se entendia enquanto tal, isto é, “um estudo de cadeia de mudanças, a partir do latim vulgar, dos sons vocais, das formas gramaticais e das construções sintáticas”, mas como “uma gramática expositiva [entenda-se descritiva], complementada com um cotejo com as antigas fases da língua”. Isto é, no dizer de Câmara Jr., a perspectiva a partir da qual se constitui a gramática histórica de Said Ali é sequer significada como diacrônica. O elemento histórico é apenas um complemento, um contraponto em relação à descrição sincrônica da língua apresentada em seu cerne. É nesse sentido que a gramática secundária é significada como uma “admirável síntese didática” das ideias gramaticais minuciosamente apresentadas na gramática histórica, a despeito de ambas serem voltadas para a instituição escolar.

Bechara ([1993] 2015), assim como Elia ([1963] 1975), retoma o posicionamento de Câmara Jr. para dele se distanciar. Tal distanciamento, em Bechara, contudo, como anteriormente exposto, se dá por considerar que a gramática histórica de Said Ali se filia à Linguística Diacrônica, tal como teria sido formulada no *Curso*, e não à Linguística Sincrônica. Há efeito de discordância também no que respeita à relação estabelecida entre essa gramática e a secundária. Diz Bechara: “não vejo na Gramática secundária menos minuciosamente tratadas as mesmas ideias gramaticais da Gramática histórica; é, sim, uma exposição do estado da língua a que Said Ali chamou português hodierno” ([1993] 2015, p. 13).<sup>35</sup>

Importa ainda aqui observar, para uma história do trajeto da gramática histórica de Said Ali na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro, a contradição constitutiva do gesto de interpretação filiado ao nome de autor Câmara Jr. Em comunicação intitulada “Os estudos do português no Brasil” proferida no IV

Colóquio Internacional Luso-Brasileiro, quatro anos após a publicação do artigo anterior, Câmara Jr. ([1966] 2004b, p. 237), citando as gramáticas histórica e secundária e o *Difficuldades da lingua portugueza*, filia a obra de Said Ali a uma “teoria da gramática descritiva”, desenvolvida “filologicamente, por assim dizer”, a partir da qual Ali teria se concentrado em “problemas específicos de categorias gramaticais do português”. Apesar de mais uma vez observarmos, em Câmara Jr., a resistência, materializada por meio do emprego do modalizador “por assim dizer”, em nomear a prática inscrita nas obras de Said Ali como filológica e, portanto, Said Ali como filólogo, deparamo-nos, em seguida, quando alerta para a necessidade de novos estudos descritivos, com sentidos conflitantes em relação aos encontrados no texto de 1961:

É importante assinalar que o estudo histórico da língua foi considerado, quase exclusivamente, o verdadeiro merecedor de um tratamento universitário.

O ensino descritivo costuma cessar na escola secundária.

O resultado foi a falta de avanço apreciável em matéria de descrição linguística. A obra nesse sentido de Said Ali ficou até hoje a melhor teoria gramatical descritiva para o português do Brasil. Ora, Said Ali, ainda representa uma gramática tradicional, tanto na doutrina como no método de apresentação.

Há, portanto, a necessidade prioritária de exploração em linhas novas da descrição gramatical. (ibid., p. 245).

Na sequência acima, a obra de Said Ali, da qual se destaca a gramática histórica, anteriormente citada pelo comentador, é significada, no âmbito da teoria gramatical descritiva, como uma gramática tradicional, “tanto na doutrina como no método de apresentação”, e, portanto, como um estudo que, apesar de ser considerado o melhor que se tem até então, representa “a falta de avanço apreciável em matéria de descrição”. Notemos ainda que, em Câmara Jr. (ibid.), o que se tem por teoria gramatical descritiva aqui se desdobra

em gramática tradicional e aquilo que é colocado como “linhas novas da descrição gramatical”, o que mais adiante é exemplificado com textos de sua própria autoria.

Guimarães (2002, p. 82), comentando os dizeres de Câmara Jr. nos dois textos supracitados, chama-nos atenção para o fato de que há neles duas histórias contadas a partir de duas posições distintas, que – acrescento – sobredeterminam a do historiador/histiógrafo. Desse modo, enquanto no texto de 1961, tem-se uma história contada “a partir de uma posição teórica particular e que, assim, procura desautorizar os lugares fixados de legitimidade”, no texto de 1966, temos uma reflexão que, “da posição de uma história oficial, se atém ao estabilizado”. É oportuno destacar ainda que essa (res)significação da gramática histórica de Said Ali, em Câmara Jr., não invalida o que foi dito anteriormente sobre o terceiro momento de circulação e leitura da obra. E isso porque o caráter inovador atribuído à gramática histórica de Said Ali é efeito de uma leitura em perspectiva no âmbito dos estudos históricos sobre a língua portuguesa, ao passo que a necessidade de inovação que se coloca na sequência extraída de Câmara Jr. ([1966] 2004b) projeta-se sobre o então momento atual e futuro dos estudos gramaticais sincrônicos descritivos e não normativos desenvolvidos no Brasil.

Para concluir essa releitura analítica de textos organizados por gestos historiográficos que versam sobre a gramática histórica de Said Ali, mobilizarei aqui as reflexões de Guimarães (2002; 2004a; 2016) e Lagazzi (2012). Guimarães (2004a, p. 16) afirma ser Said Ali “responsável por descrições decisivas para a análise da língua portuguesa no Brasil no início do século XX”. Dentre os fatores elencados para justificar tal afirmação, estão: “o fato de ser considerado autor de uma gramática histórica inovadora para as condições brasileiras e de descrição do português” e, relacionado a isso, o que considera ser mais relevante, o fato de ser “um gramático cuja autoria se faz numa história brasileira da gramática”, isto é, que enuncia, em suas gramáticas, “de uma posição de autoria brasileira constituída pelos gramáticos no fim do século XIX e início do século XX”. Em seguida, em seu gesto de interpretação da gramaticografia de Said Ali, Guimarães (2004a; 2016), parte da divisão entre os tipos de gramática que comparece na *Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza*<sup>36</sup> para advogar que, ao formular, ainda que sem fundamentação

(GUIMARÃES, 2016), a distinção entre dois tipos de gramática descritiva, Said Ali “produz efetivamente um novo lugar para o domínio da gramática no Brasil” (GUIMARÃES, 2004a, p. 68), sem, no entanto, ocupá-lo.

De acordo com esse comentador, nas gramáticas brasileiras anteriores à de Said Ali, era comum encontrarmos uma definição de gramática descritiva científica que não correspondia à prática efetivamente realizada, porque os seus antecessores acabavam realizando uma gramática prática (normativa). Dessa maneira, postula o autor, “é ao assumir o lugar para uma gramática prática (normativa) que Said Ali instala o lugar da gramática descritiva na história da gramática brasileira” (ibid., loc. cit.). Além disso, conforme Guimarães, em sua distinção dos tipos de gramática, Said Ali “submete à gramática descritiva científica à ciência da linguagem e à gramática histórica, deixando a gramática descritiva prática fora dessa vinculação” (ibid., loc. cit.). Em seguida, Guimarães distingue os dois tipos de gramática descritiva científica que estariam formulados no dizer de Said Ali, conforme podemos observar no quadro a seguir:

	<b>TIPO</b>	<b>DIFERENÇA</b>
<b>GRAMÁTICA DESCRITIVA CIENTÍFICA</b>	Gramática histórica	Objeto: “todos os períodos passados de uma língua”.
	Gramática descritiva científica	Objeto: “[o período da língua da] época em que o linguista está e realiza o seu trabalho”

Quadro 2 – Tipos de gramática descritiva científica de Said Ali – Guimarães (2004a, p. 68; 2016, p. 47).

Como podemos ler no quadro 2, de acordo com Guimarães, Said Ali teria postulado, dentro disso que considera como “gramática descritiva científica”, uma gramática descritiva científica que tem como objeto o estado da língua contemporâneo ao linguista que o descreve e uma gramática descritiva científica histórica, isto é, que tem por objeto “todos os períodos passados de uma língua”. Destas, ainda se distinguiria um terceiro tipo de gramática descritiva, a prática, de cunho não científico, mas normativo.

A distinção entre os dois tipos de gramáticas descritivas científicas, como podemos depreender, se significa em função do recorte realizado



pelo linguista do seu objeto, recorte este que se daria a partir do gesto de interpretação de Said Ali sobre os conceitos de sincronia e diacronia formulados no *Curso*. No entender de Guimarães, todavia, ao formular a distinção entre o “presente do linguista e todo o passado da língua, Said Ali não opera suficientemente a distinção entre o que a sincronia saussureana configura e o tempo presente do gramático, o único tempo possível para a enunciação normativa sobre a língua” (ibid., p. 69). Daí, significando a gramática secundária como uma gramática normativa e a gramática histórica como não descritiva<sup>37</sup>, em Guimarães, se considera que há no trabalho de Said Ali “de algum modo, uma oposição mais entre o normativo e o histórico do que entre o histórico e o descritivo” (ibid., loc. cit.). É a partir disso que em seu dizer se projeta, quando confrontadas essas duas obras, uma espécie de dualidade constitutiva do dizer de Said Ali. Afirma Guimarães:

Se retomarmos sobre o que afirmamos quanto à sua tipologia de gramáticas, podemos ver que, em verdade, tudo se organiza. A condenação do purismo (retorno à língua original) vai de par com a afirmação do caráter científico (não normativo) da gramática histórica. A afirmação de um estudo normativo vai de par com o estudo da língua nacional enquanto ‘atual’, ou seja, tal como ela se configura na escrita no tempo em que se está, e que sobre ela se produz um conhecimento. (ibid., p. 77).

Guimarães, como anunciamos anteriormente, considera que, apesar de Said Ali ter instalado na história brasileira o lugar da gramática descritiva científica, esse lugar só é preenchido pela primeira vez em 1970 por Mattoso Câmara Jr., com *Estrutura da Língua portuguesa*. Dessa maneira, conclui Guimarães sobre Said Ali:

Diria que esta distinção de tipos de gramática e a formulação de um lugar para a gramática descritiva científica é a sua marca enunciativa numa história brasileira. E no sentido de que estar na história é instalar uma temporalidade de sentidos. No caso presente ele instala a temporalidade na qual passa a significar uma

gramática descritiva não-normativa, mesmo que ele não a tenha produzido. (ibid., p. 68)

Em trabalho posterior, contudo, o comentador reformula parcialmente o seu posicionamento, ao afirmar que:

[...] Mas se Said Ali coloca o lugar de um conhecimento normativo, sustenta também o lugar do conhecimento científico, tanto pela gramática histórica quanto pela gramática descritiva científica. E isso pode facilmente ser visto, não por uma gramática descritiva científica, que ele não fez, mas por seus estudos sobre o português do Brasil, através de trabalhos como o conhecido e decisivo artigo sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos. (GUIMARÃES, 2016, p. 47).

Como podemos observar na sequência, embora a gramática histórica ainda não seja significanda como uma gramática descritiva, nesse artigo de 2016 a prática nela inscrita é tomada como científica. Além disso, embora a gramática secundária ainda seja significanda como uma gramática normativa e ainda se considere que Said Ali não escreveu uma gramática descritiva científica, entende-se que nos estudos de Said Ali sobre o português do Brasil – muitos deles publicados sob a forma de artigos e, posteriormente, reunidos em livros, como o *Difficultades da lingua portuguesa* – inscreve-se uma prática descritivo-científica.

Lagazzi (2012, p. 175), refletindo acerca da descrição, um procedimento que, em seu entender, é “constitutivo da posição do linguista”, retoma o comentário de Guimarães (2004a). Antes, porém, citando Orlandi, em *O que é linguística?*, lembra que toda ciência estabelece suas definições, conceitos, objetos e procedimentos de análise por meio de uma escrita simbólica que instrumentaliza as descrições realizadas. Esta, distinguindo-se de outras escritas formais e não formais igualmente instrumentalizadoras de práticas descritivas outras, também formais ou não formais, identifica o domínio científico enquanto tal, não sendo diferente com a ciência Linguística. A partir disso, a comentadora, ressaltando que “limites nem sempre são bem marcados quando se trata de pensar o papel da descrição no

conhecimento linguístico, em seu gesto de descrever uma língua” (LAGAZZI, 2012, p. 176), afirma ser a gramática histórica de Said Ali uma gramática na qual se apresenta “uma proposta marcante e sedutora no que diz respeito à produção gramatical brasileira da época” e que a intriga justamente devido ao “deslize desses limites” (ibid., loc. cit.).

Assim, em sua leitura de Guimarães (2004a), Lagazzi (2012, p. 177) destaca a formulação em seu dizer de “limites entre o normativo, o histórico e o descritivo” – posicionamento este do qual se distancia afirmando que, “entre o normativo, o histórico e o descritivo em Said Ali, fica formulada a dificuldade na rigidez desses limites”, o que é “significativo para o gesto de descrever na *Gramática Histórica*” (ibid., p. 178).

Em seguida, chamando atenção para o “transbordamento da diferença” que, a seu ver, é constitutivo da gramaticografia de Said Ali, retoma a dualidade que vimos ser apontada por Guimarães (2004a) e pontua:

Uma *Gramática Histórica* que critica o purismo e aceita o novo de maneira restrita, elaborada no contraponto de uma *Gramática Secundária* que se formula na normatividade da língua portuguesa, legitimando o nacionalismo. Duas gramáticas que dão visibilidade, na sua incongruência, para repetir o termo usado por Guimarães, a um espaço de reflexão que transborda na diferença. (LAGAZZI, 2012, p. 179).

Com vistas a fundamentar a sua tese de que a *Gramática Histórica* é inovadora porque se distancia de tantas outras de cunho normativo, como a secundária, Lagazzi inicia a sua análise pelos prólogos dessas gramáticas e conclui que, se na gramática secundária Said Ali afirma que o objetivo de seu compêndio é fazer a exposição de “doutrinas e regras gramaticais relativas à nossa língua”, o mesmo não ocorre na gramática histórica, na qual não há espaço para tais doutrinas e regras. Indo adiante, a comentadora ressalta que, na secundária, imediatamente após o prólogo, há a seção intitulada “Gramática e sua divisão”, na qual são apresentadas diferentes definições e divisões para a gramática. Já na gramática histórica afirma Lagazzi:

[...] ao invés dessa preocupação definidora que estabiliza limites, encontramos a ‘História Resumida da Língua Portuguesa, dividida em 31 parágrafos, todos numerados, que discorrem sobre os idiomas românicos ou neolatinos, sua localização espacial, seus dialetos, a relação entre o popular e o erudito, a divisão entre o português antigo e o português moderno, a relação do português com outras línguas além do latim, a reverência a Camões, a João de Barros, a subdivisões do português moderno ou quinhentista, seiscentista, (setecentista?) e hodierno. (ibid., p. 179-180).

É por esse capítulo, então, que a comentadora inicia a sua análise do gesto de descrever na gramática histórica de Said Ali, com o fito de compreender como vai sendo formulado o que se toma por histórico, como o normativo se faz presente e como vai se contrapondo ao gesto de descrever. Em relação à numeração dos parágrafos, Lagazzi, destacando a relação entre o efeito de continuidade produzido e o texto da gramática, afirma que a “sequenciação numérica dos parágrafos vai alinhavando o conjunto de observações feitas por Said Ali sobre a língua portuguesa, na contramão da divisão marcada pelas suas partes, suas seções e subseções” (ibid., loc. cit.).

Além disso, contrapondo o texto da gramática secundária ao da histórica, destaca que, na primeira, a sintaxe é marcada pela definição  $X \text{ é } Y$ , que comparece desde a seção “Gramática e sua divisão” e que é “marca estruturante do funcionamento normativo”, e pela “sintaxe afirmativa, com efeito de constatação” (ibid., p. 180-181), o que também corroboraria esse funcionamento. Já na gramática histórica, de acordo com Lagazzi, “em nenhum momento nos deparamos com uma definição para ‘gramática’, ou com qualquer definição na forma  $X \text{ é } Y$ ”, cujo efeito é “o da verdade na forma da norma”, mas, como vimos anteriormente na análise depreendida por essa comentadora do prólogo da 2ª edição, sustentando-se em pré-construídos, tem-se nessa gramática a produção do “efeito de verdade na forma da evidência” (ibid., p. 181). Desse modo, tomando a gramática histórica “no conjunto dos seus 1701 parágrafos”, a comentadora considera ser esse efeito, assim como o de continuidade, significativo:

O efeito geral é o de uma grande narrativa constituída por excessivas observações que se fazem verdades sobre a língua portuguesa. Portanto, temos o efeito de continuidade e o efeito de verdade como evidências a serem compreendidas no gesto de descrever inscrito na *Gramática Histórica*. (ibid., loc. cit.).

Antes de dar continuidade à explanação do gesto de interpretação produzido por Lagazzi, a partir da posição analista-historiadora<sup>38</sup>, é preciso fazer aqui duas observações. A primeira diz respeito à localização do capítulo intitulado “História resumida da língua portuguesa”, que constituía o apêndice de *Formação de palavras e syntaxe do portuguez historico* e foi deslocado para o início da gramática quando da publicação da 2ª edição, em 1931. A segunda observação refere-se à numeração dos parágrafos, que não existia até a 3ª edição publicada em 1964 e que, conforme podemos depreender a partir da apresentação do preparador, revisor e comentador do texto, constitui-se como produto do seu gesto de interpretação, e não do gesto de Said Ali<sup>39</sup>. Com isso, não pretendo deslegitimar o posicionamento da comentadora, mas, considerando que alterações podem produzir diferentes efeitos na forma material da gramática e, portanto, na forma como ela produz sentido numa dada conjuntura, reiterar a importância de se pensar a história do trajeto da *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, de Said Ali, na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro. Posto isso, sigamos com o comentário de Lagazzi.

De acordo com essa comentadora, o leitor da gramática histórica, o público a que se destina, em nenhum momento é identificado em seu corpo. Nos parágrafos, alternando-se generalizações e detalhamento, por meio de exemplos, explicações e definições, é dado visibilidade à língua portuguesa “no que diz respeito ao seu uso, a sua estrutura e a sua classificação, fazendo desses fatos ‘coisas-a-saber’” (ibid., p. 183). Entre o geral e o particular, todavia, Lagazzi ressalta que o efeito de verdade fica em suspenso, “abrindo lugar para o equívoco” (ibid., p. 184). Tem-se, assim, “a língua ao mesmo tempo descrita em generalizações subsequentes que produzem o efeito de verdades que se

reafirmam a cada novo parágrafo, e descrita em meandros que dão visibilidade aos deslizos, ao que escapa, sempre” (ibid., loc. cit.).

Essa oscilação entre o geral e o particular projetaria ainda como efeito-leitor tanto o leigo, “que tem tantas ‘coisas-a-aprender’”, como o estudioso, “que possa se interessar por tantos detalhes”. Apesar disso – ressalta a autora:

entre o geral e o particular, entre o leigo e o estudioso, não há espaço para a normatividade, que como bem frisou Guimarães (2004a), ‘vai de par com a língua nacional’. A *Gramática Histórica* fica descrita num gesto que cruza o geral da língua científica com as condições que particularizam a língua na história. E no contraponto com a coerção da normatividade, a *Gramática Histórica* dá visibilidade a um gesto outro de descrever a língua portuguesa. (LAGAZZI, 2012, p. 184-185).

Assim sendo, ao retomar o que dissemos ser a dualidade constitutiva da obra de Said Ali observada por Guimarães, em Lagazzi (ibid.), produz-se um deslocamento, afirmando não o estabelecimento de oposições, mas a fluidez de limites. Além disso, tomando a descrição como um procedimento científico inerente ao fazer do linguista, considera-se que a gramática histórica de Said Ali se constitui a partir de “um gesto outro de descrever a língua portuguesa” – outro em relação à prática descritivo-normativa, outro também em relação às práticas inscritas nas demais gramáticas históricas do seu tempo.

### **Considerações finais: o movimento ambíguo de (res)significação de uma obra**

Neste artigo, à luz da perspectiva discursiva da História das Ideias Linguísticas, busquei traçar caminhos para uma possível compreensão do processo de historicização da *Grammatica Historica da Lingua Portuguesa*, de Said Ali, na (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical no/do Brasil. Considerando o movimento de edições, notadamente no que concerne às alterações por que passou a sua forma material e às condições de produção em que vieram a lume,

a análise possibilitou distinguir três momentos de circulação e leitura dessa obra – momentos estes nos quais se diferenciam as possibilidades e necessidades do dizer a partir das posições-sujeito aluno, especialista e historiador/historiógrafo, colocando em questão um “movimento ambíguo” (CASTELLANOS PFEIFFER, 2011) em relação à forma como ela foi lida nesses diferentes momentos.

Desse modo, assim como Castellanos Pfeiffer (ibid., p. 280) concluiu em sua análise da obra de Frei Caneca, parece-me que esse “movimento ambíguo” de (res)significação da gramática histórica de Said Ali a partir da posição do aluno e do especialista, bem como a rejeição em relação à sua adoção na escola no primeiro e no segundo momento de sua circulação, se deve ao fato de que “as condições de produção de sua época não possibilitaram seu dizer fazer sentido”, significando-o como algo estranho ao seu tempo, ainda que alguns já reconhecessem o seu mérito. No terceiro momento, no entanto, com a institucionalização da ciência Linguística nas universidades brasileiras, com uma maior difusão de uma certa leitura de Saussure em solo nacional e com o deslocamento do espaço de circulação da gramática histórica de Said Ali da escola para a universidade, o efeito de estranhamento em relação à sua forma material não mais se faz significar, tornando-se hegemônico, numa leitura em perspectiva, o sentido do seu caráter inovador em comparação aos estudos históricos desenvolvidos no Brasil quando da sua constituição na década de 1920.

No tocante especificamente aos textos produzidos a partir de gestos historiográficos, observou-se que em nenhum há projetado um efeito de desvalorização dessa gramática, ao contrário. Mesmo em Bechara (1956; 1962), Câmara Jr. ([1961] 2004a) e em Elia ([1963] 1975), textos produzidos antes do terceiro momento, ou em Câmara Jr. ([1966] 2004b), no qual se projeta a necessidade de inovação sobre o então momento atual e futuro dos estudos gramaticais sincrônicos descritivos e não normativos, a gramática histórica de Said Ali é significada de forma valorativa<sup>40</sup>.

Apesar dessa regularidade, não se pode afirmar, entretanto, que há homogeneidade no seu processo de significação em textos historiográficos. Ao analisar os sentidos projetados nesses textos, depreendeu-se a manutenção do movimento ambíguo acima mencionado, ainda que em outros termos. De fato, a ambiguidade produzida pela gramática histórica de Said Ali se desloca, produzindo

ressonâncias em outros lugares. Assim, nos textos historiográficos, os sentidos que se tensionam dizem respeito à sua filiação teórica, às rupturas teórico-metodológicas promovidas e à prática científica ou acientífica em que se inscreve, o que determina diferentemente a forma como é (res)significada a sua forma material.

Por fim, resta dizer que este artigo não esgota – nem se propunha a esgotar – o que se pode dizer sobre Said Ali e sua gramática histórica. Desse modo, em gestos de análise futuros, além de refletir sobre a relação entre história e meta-história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro, bem como sobre a relação entre dizeres *de e sobre* Said Ali, com a análise aqui empreendida, impôs-se a necessidade de dedicar-me à apreensão dos efeitos produzidos na obra de Said Ali pela leitura de Saussure, o do *Curso*.

### **Referências Bibliográficas**

ABREU, C. de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Volume 1. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977a.

ABREU, C. de. **Correspondência de Capistrano de Abreu**. Volume 2. Edição organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977b.

ALI, M. S. **Lexeologia do Portuguez Historico**. São Paulo – Cayeiras – Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1921.

ALI, M. S. **Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico**. São Paulo – Cayeiras – Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1923.

ALI, M. S. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza. 2ª edição melhorada e augmentada de Lexeologia do Portuguez Historico e Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico**. São Paulo – Cayeiras – Rio: Companhia Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporados), 1931.

ALI, M. S. **Grammatica Secundaria da Lingua Portugueza**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

AUTHIER-REVUZ, J. Duas palavras para uma coisa: trajetos de não-coincidência. In: **Universa**, Brasília, v.8, nº 2, jun. de 2000.

BECHARA, E. Manuel Said Ali Ida. In: **Revista Letras**, vol 5/6, 1956, pp. 167-182.



- BECHARA, E. Manuel Said Ali Ida. **M. Said Ali e sua contribuição para a filologia portuguesa**. Tese de concurso uma cátedra de Língua e Literatura do instituto de Educação do Estado da Guanabara. Rio de Janeiro, 1962, 46 págs.
- BECHARA, E. Manuel Said Ali Ida. (1993) Primeiros ecos de F. de Saussure na gramaticografia de língua portuguesa. In: **Revista Confluência**, n. 48, 1.º semestre de 2015, pp. 9-16.
- CÂMARA JR., J. M. Said Ali e a língua portuguesa (1961). In: UCHOA, C. A. F. (org.) **Dispersos**. Nova ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, pp. 223-226.
- CÂMARA JR., J. M. Os estudos do português no Brasil (1966). In: UCHOA, C. A. F. (org.) **Dispersos**. Nova ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004, pp. 231-258.
- CASTELLANOS PFEIFFER, C. R.. “Obra Didática” de Frei Caneca na História das Ideias Linguísticas: configurações de um poder dizer. In: **Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 251-283, jan./jun. 2011.
- COSTA, T. de A. da. **Discurso gramatical brasileiro**: permanências e rupturas. Campinas, SP: Pontes editores, 2019a.
- COSTA, T. de A. da. Alguns apontamentos para uma história da HIL na França e no Brasil. In: **Línguas e instrumentos linguísticos**, Nº 44, pp. 9-34, 2019b.
- COSTA, T. de A. da. Dizeres sobre Said Ali: o movimento ambíguo de significação de um autor e sua obra em textos historiográficos. In: **Revista Porto das Letras**, Vol. 06, Nº 5. 2020a.
- COSTA, T. de A. da. O “estilo” em Câmara Jr. e Bakhtin: dizeres sobre e a partir de Saussure. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 62, pp. 1-24, 2020b.
- DE MAURO, T. Notes. In : SAUSSURE, F. **Cours de Linguistique Générale**. Édition critique préparée par Tulio de Mauro (1967). Paris: Éditions Payot, 2005, pp. 405-477.
- ELIA, S. Os estudos filológicos no Brasil. **Ensaio de filologia e linguística** (1963). 2ª ed. refundida e aumentada. Rio de Janeiro, Grifo; Brasília, INL, 1975, pp. 117-176.
- FARACO, C. A. **Linguística histórica**. uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola. Editorial, 2005.
- FERREIRA, A. C. F. O cotidiano na História das Ideias Linguísticas. In: **Língua e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 23, n. 46, p. 4-30, jul./dez. 2020.

- FOUCAULT, M. O que é um autor? (1969-1983). In: **Ditos e escritos III** - Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. pp. 264-298.
- FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber** (1969). Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª edição. edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso** (1971). 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2007b.
- GADET, F. **Saussure: Une science de la langue** (1987). 3ª édition. Paris: Puf, 1996.
- GUIMARÃES, E. Os estudos da significação no Brasil. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, (42): 71-87, Jan./Jun. 2002, pp. 71-87.
- GUIMARÃES, E. Entre o indivíduo e o povo: uma política da língua em Said Ali. In: **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004a, pp. 65-78.
- GUIMARÃES, E. “Panorama e periodização” e “Acontecimentos institucionais e estudos do português”. In: **História da semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas, SP: Pontes, 2004b, pp. 23-26; 27-52.
- GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- GUIMARÃES, E. A História da Gramática no Brasil: do normativo ao científico. In: **Rumos da linguística brasileira no século XXI**. São Paulo: Blucher, 2016, pp. 43-56.
- HACKEROTT, M. M. S. As lições de Said Ali (1861-1953): uma abordagem historiográfica. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (orgs.) **História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008, pp. 19-45.
- HACKEROTT, M. M. S. Said Ali e a acentuação: primórdios da Linguística no Brasil. In: **Estudos de Linguística Galega**, vol 3, 2011, pp. 51-64.
- LAGAZZI, S. O gesto de descrever na gramática histórica de Said Ali. In: ALMEIDA, Eliana (org.) **Fronteiras de sentidos & sujeitos nacionais** / Maria Inês Parolin, Eliana de Almeida (orgs.): Cáceres, Fapemat; Campinas, Editora RG, 2012, pp. 175-185.

- LE GOFF, J. **História & Memória** (1977). Trad. Bernardo Leitão. 7ª edição. Campinas, SP: Editoria da Unicamp, 2013.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: UNICAMP, 1998.
- MEDEIROS, V. G. “Uma reflexão sobre intervenções dos escritores e o efeito verdade”. In: FLORES, G. G. B.; GALLO, S. M. L.; LAGAZZI, S.; NECKEL, N. R. M.; PFEIFFER, C. C.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (orgs.). **Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia**. Vol. 3. Campinas: Pontes, 2017, pp. 131-142.
- NUNES, J. H. O discurso documental na história das idéias linguísticas e o caso dos dicionários. In: **Alfa**, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008a.
- NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. In: SCHERER, Amanda Eloina; PETRI, Verli (orgs.). **Língua, Sujeito e História**. v. 18. n.37. Santa Maria, UFSM: Programa de pós-graduação em Letras, jul/dez. 2008b, p. 107-133.
- ORLANDI, E. Apresentação. In: ORLANDI, E. (org.) **História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional**. Campinas, SP: Pontes; Cáceres, MT: Unemat Editora, 2001, p. 7-20.
- ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos** (1999). 7ª edição. Campinas: Pontes, 2007a.
- ORLANDI, E. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho com o simbólico** (1996). 5ª edição. Campinas: Pontes, 2007b.
- ORLANDI, E. **As formas do silêncio** (1992). 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007c.
- ORLANDI, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos** (2001). 3ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2008.
- ORLANDI, E. **Terra à vista – Discurso do confronto: velho e novo mundo** (1990). 2ª ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2008b.
- ORLANDI, E. **Ciência da linguagem e política: Anotações ao pé das letras**. Campinas, Pontes: 2019.
- PUECH, C. Por uma História da Linguística na História da Linguística?. Trad. de: Thaís de Araujo da Costa. In: **Porto das Letras**, 6(5), 2020, 389-408.

RIEDLINGER, A. Cahiers II, III et IV. In : KOMATSU, E. (éd.). **Ferdinand de Saussure** – Deuxième Cours de Linguistique Générale (1908-1909) : d'après les cahiers d'Albert Riedlinger et Charles Patois. Oxford, New York, Tokyo: Pergamon, 1997.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral** (1916). Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 3ª edição. São Paulo: Editora Cultrix, s/d.

SCHERER, A. E.; COSTA, M. I. S. Ainda (e sempre) Saussure: história, memória e discurso em três versões de um mesmo texto. In: **Letrônica**. Porto Alegre, v. 11, n. esp. (supl. 1), s54-s67, set. 2018.

SILVA, M. de C. e. Apresentação. In: ALI, M. S. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 3ª edição. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964, pp. 5-6.

VENÂNCIO, G. M. Cartas de Lobato a Viana: Uma memória epistolar silenciada pela história. In: GOMES, A. de C. (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, pp. 11-138.

## Notas:

---

\* Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora de Língua Portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora colaboradora no PPGL-IEL/Unicamp. Pós-doutoranda em História das Ideias Linguísticas no POSLING/UFF. Membro do Grupo Arquivos de Língua (GAL-UFF) e do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS-UFF). E-mail: [araujo\\_thais@yahoo.com.br](mailto:araujo_thais@yahoo.com.br).

<sup>1</sup> Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de pós-doutoramento intitulada “Dizeres *de* e *sobre* Said Ali: análise discursiva da (meta-)história das ideias linguísticas no/do Brasil no final do século XIX e início do século XX”, que se encontra em andamento no PPGL-IEL/Unicamp, sob a supervisão da Profa. Dra. Claudia Castellanos Pfeiffer, e no POSLING/UFF, sob a supervisão da Profa. Dra. Vanise Gomes de Medeiros. Aproveito para agradecer a leitura e os comentários generosos de Claudia e Vanise, bem como de Bruno Turra, que ainda me disponibilizou o seu arquivo pessoal de/sobre Saussure.

<sup>2</sup> E-mail: [araujo\\_thais@yahoo.com.br](mailto:araujo_thais@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> Tomo aqui emprestada a formulação proposta por Ferreira (2020) para referir-me à articulação entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso materialista.

<sup>4</sup> A partir de Puech ([2006] 2020), tenho buscado refletir discursivamente sobre a relação entre história e meta-história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro. Com essa reflexão, pretendo pensar as ressonâncias produzidas pela (re)produção de

---

sentidos sobre Said Ali e suas obras postos em circulação no/pelo discurso histórico/historiográfico ou, em outras palavras, interessa-me compreender como um certo discurso histórico/historiográfico inscreve-se na história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro, nela produzindo efeitos. Essa reflexão, contudo, em função do espaço e do escopo deste artigo, será retomada em outra oportunidade.

<sup>5</sup> De acordo com Foucault (op. cit.), com a história nova, a descontinuidade histórica deixa de ser vista como um problema, um obstáculo ao fazer do historiador, e passa a integrar a sua prática, o seu discurso, como um conceito operatório do qual lança mão em sua análise, legitimando-a e determinando o seu objeto. Com isso, as séries, os recortes, os limites, as defasagens, as permanências e as especificidades cronológicas passam a ser problematizadas, buscando-se descrever a forma como se relacionam.

<sup>6</sup> Neste artigo, ao mobilizar o conceito de silêncio/silenciamento, refiro-me ao que Orlandi (2007c) propõe enquanto silêncio constitutivo. Esse tipo de silêncio diz respeito à possibilidade de o sentido ser sempre outro. Conforme a autora, “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra ‘apaga’ necessariamente outras palavras)” (ibid., p. 24).

<sup>7</sup> Cf. Nunes, 2008b.

<sup>8</sup> Entendo a posição-sujeito historiador/historiógrafo como a posição a partir da qual são formulados comentários (ver nota 10) que, com distintas filiações teóricas, organizam-se por gestos historiográficos e constituem o discurso documental que sustenta a (meta-)história do conhecimento linguístico-gramatical brasileiro.

<sup>9</sup> Refiro-me aqui aos conceitos de discurso *de* e discurso *sobre* formulados por Orlandi ([1990]2008b) e desenvolvidos por Mariani (1998). Em Costa (2020a), expus detalhadamente como esses conceitos constituem o Dispositivo Teórico-Analítico de minha pesquisa. Aqui basta dizer que considero como dizeres *de* Said Ali os textos que se filiam a esse nome numa relação de autoria e como dizeres *sobre* Said Ali os textos documentadores que tomam Said Ali e sua obra como objeto, instituindo sentidos e estabelecendo o que (não) pode e (não) deve ser lembrado.

<sup>10</sup> O conceito de comentário que comparece nesta reflexão foi deslocado de Foucault ([1971] 2007b, p. 21), que o caracteriza como um “procedimento de controle e de delimitação do discurso” que funciona “a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse desta vez, de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso”. Do lugar da AD-HIL, entendo o comentário como um gesto de interpretação cujo efeito é esse procedimento de controle e delimitação de um dizer que lhe é anterior. Ou seja, trata-se de um dizer que se sustenta em outro dizer, produzindo para ele, a partir do posicionamento do sujeito-comentador no interior de uma dada FD, um gesto de interpretação que tem como efeito a reorganização e limitação dos seus sentidos, projetando-se como a única leitura possível. Por fim, cabe esclarecer que, em meu gesto de leitura, tomo os textos historiográficos que me proponho a analisar como comentários, dizeres sobre Said Ali, (re)produzidos a partir da posição-sujeito historiador/historiógrafo.

<sup>11</sup> Conceito deslocado de Foucault (2006). Em minha reflexão, tomo o nome de autor como um lugar de memória a partir do qual se projeta um efeito de identidade para o sujeito-autor e de valorização ou desvalorização, de cientificidade ou de acientificidade, para os textos que se reagrupam sob o seu nome. Cf. COSTA, 2019a; 2020a; 2020b.

<sup>12</sup> João Capistrano Honório de Abreu (1853-1927): historiador brasileiro e amigo próximo de Said Ali. No prólogo à primeira edição do *Lexeologia do português* LÍng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61-109, jul./dez., 2021.

---

*historico*, Said Ali lhe agradece por ter-lhe colocado à disposição livros da sua biblioteca e por ter feito a revisão e o comentário das provas do seu livro.

<sup>13</sup> Entendo as correspondências, conforme Venâncio (2004, p. 107), como “vestígios de histórias em migalhas e, por isso, objetos passíveis de compreensão somente como partes de um ‘jogo’”. Assim sendo, neste artigo as trarei em nota, visando articulá-las ao gesto de interpretação de Bechara sobre Said Ali e sua obra, a partir da posição historiador/histiógrafo, ficando o desenvolvimento de uma reflexão mais aprofundada a respeito dessa correspondência para outra oportunidade. Posto isso, faz-se preciso destacar aqui ainda a fragmentação, dispersão e, muitas vezes, inacessibilidade de tais correspondências. De fato, manuscritos de cartas de Said Ali a Capistrano e de Capistrano a outros destinatários sobre Said Ali se encontram no acervo da Biblioteca Nacional e foram reunidas, na década de 1950, numa edição impressa em três volumes, mas nessa coletânea não constam as respostas de Capistrano a Said Ali. Além disso, mesmo as cartas de Said Ali a Capistrano a que se tem acesso são esparsas no tempo. Teriam sido 10 cartas enviadas ao longo de 14 anos, ou seja, menos de uma carta por ano. A fragmentação da correspondência ativa de Said Ali se confirma quando tomada em sua sequência temporal (a primeira foi enviada em 1913, a segunda e a terceira em 1916, e a quarta em 1921, por exemplo), mas também quando considerada em relação às cartas de Capistrano a outros destinatários sobre Said Ali.

<sup>14</sup> Segundo Bechara (op. cit., p. 15), o estudo das gramáticas de Said Ali “à sombra da Correspondência de Capistrano de Abreu” se dá porque este acompanha “passo a passo a atividade do mestre e comenta o método nelas empregado”.

<sup>15</sup> As primeiras edições das gramáticas secundária e elementar são sem data. Nas cartas de Capistrano, lemos que as três gramáticas foram finalizadas em 1923; Guimarães (2004b) afirma que a secundária foi publicada em 1924; já Hackerott (2011), que a secundária e a elementar vieram a lume em 1923.

<sup>16</sup> Em carta enviada a João Lúcio de Azevedo, em 5 de junho de 1919, Capistrano escreve: “Muito agradeço o exemplar da *Crônica Franciscana*. Chegou em momento oportuno. Said Ali Afinal resolveu-se a redigir a gramática e terá bastante material agora. Enviei-lha imediatamente” (1977b, p. 121). Em carta a Afonso Taunay (1977a), em 1º de setembro de 1920, conta que Said Ali irá entregar *Lexeologia do português histórico*, primeira parte da *Gramática Histórica*, a Weiszflog e que a gramática contará ainda com uma segunda parte sobre sintaxe. Em outra carta a João Lúcio de Azevedo, datada de 10 de maio de 1921, lemos: “A esta hora já deve ter chegado o livro de Said Ali. Li-o duas vezes antes da impressão; reli-o agora no Machado; é um livro fonte, para falar com o Bragança; não tem que invejar aos Ruis e Catinfora, que estudam por mercantilismo ou por saírem à rua de palmatória, ameaçando a terra, o mar e o mundo. Said Ali comprometeu-se a, dentro de dois anos, dar a *Sintaxe histórica*, que vai caminhando rápida, e talvez saia este ano, mais uma gramática secundária e outra primária. Os editores adquirem a propriedade e pagarão anualmente 10 contos durante dez anos (isto é reservado)” (1977b, p. 211). Em carta escrita em abril de 1922, Capistrano informa que Said Ali finalizou a *Formação de palavras e Sintaxe do português histórico*, 2ª parte da *Gramática histórica*, como será explicado a seguir, e que irá dar início à *Gramática secundária* e depois à *Gramática elementar*. E, em carta redigida em dezembro de 1923, informa que estão terminadas as três gramáticas.

---

<sup>17</sup> Em carta a João Lúcio de Azevedo, em abril de 1922, Capistrano escreve: “Recebi e muito agradeço o livro de Marco Polo. Já o remeti a Said Ali, a quem chega no melhor momento. Acabou o 2º e último volume, que está sendo dactilografado: compreende a formação de palavras, que a urgência do Concurso Alves não lhe permitira concluir, e a sintaxe. Esta, creio, apatetará muita gente” (1977b, p. 245). E no prólogo de *Formação de Palavras e Syntaxe do Portuguez Historico*, publicado quase dois anos após a primeira parte, lemos: “Na sessão solene em que ao autor da ‘Lexeologia do Portuguez Historico’ se fez a entrega do premio Alves, instituido para a melhor obra sobre lingua portugueza, ao agradecer declarei: ‘À confiança que a illustre Academia Brasileira de Letras depositou em minhas investigações premiando a Lexeologia, espero corresponder publicando dentro de pouco a parte complementar deste trabalho escripto com a mesma direcção de vistas’. Isto foi em dezembro de 1921. Em cumprimento da promessa escrevi o presente volume. Um anno e tanto, ou mesmo dous anos, para o trabalho do autor, a composição typographica, a revisão de provas e impressão do livro, não se contará, creio eu, como prazo muito longo” (SAID ALI, 1923, n. p.).

<sup>18</sup> Essa informação, todavia, carece ainda de verificação por dois motivos. Em primeiro lugar, conforme o site da Academia Brasileira de Letras, o prêmio Francisco Alves é concedido a monografias sobre o ensino fundamental e sobre a língua portuguesa a cada cinco anos, o que produz um efeito de não coincidência em relação às datas que comparecem na folha de rosto da gramática histórica (Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academia/premios>>. Acesso em: 26 de jan. de 2021). Em segundo lugar, não foi possível encontrar em textos documentadores da obra de Said Ali a referência a esse segundo prêmio também para a gramática histórica. Em alguns, no entanto, como em Hackerott (2008; 2011) e Guimarães (2004a), há referência a um segundo prêmio concedido, em 1927, a *Meios de expressão e semântica*, obra cuja 1ª edição data de 1930 e em cujo prólogo encontramos referência à entrega do trabalho incompleto e ainda por imprimir à Academia Brasileira de Letras. Não há menção ao prêmio ou à data em que essa entrega teria acontecido. Hackerott (op. cit.) considera ainda que o primeiro prêmio foi concedido a *Lexeologia* em 1922, e não em 1921, como comparece a partir da 2ª edição.

<sup>19</sup> Como dito anteriormente, considero os textos historiográficos como comentários. É, pois, nesse sentido que entendo que, a partir da posição historiador/histiógrafo, ao se projetar/ser projetado no dizer como autor, o sujeito se significa/é significado como um comentador de Said Ali e suas obras (ver nota 10).

<sup>20</sup> Os dois primeiros no texto de 1962 e o terceiro no de [1993] 2015.

<sup>21</sup> Wilhelm Meyer-Lübke (1861-1936): Filólogo suíço neogramático contemporâneo de Said Ali.

<sup>22</sup> Em carta de Capistrano a João Lúcio de Azevedo, de 6 de outubro de 1920, lemos: “Na *Gramática* ele considera a língua como formada; não se perde em demonstrar a transformação do latim em português, e assim ganha espaço para outras matérias” (1977b, p. 177).

<sup>23</sup> “Cumpre então renunciar o método prospectivo, o documento direto, e proceder o inverso, remontando o curso do tempo pela retrospectão. Nesse segundo modo de ver, colocamo-nos numa época dada para pesquisar não o que resulta de uma forma, mas qual é a forma mais antiga que lhe pode dar origem” (SAUSSURE, [1916] s/d, p. 248).

---

<sup>24</sup> Julgo tal distinção importante para compreender até que ponto é possível afirmar que há uma identificação de Said Ali à chamada linguística diacrônica. Assim sendo, ficam, então, como questões para investigação futura: 1) refletir sobre as possíveis ressonâncias do *Curso* na gramática histórica de Said Ali; caso sejam identificadas, 2) depreender se a distinção entre os métodos prospectivo e retrospectivo faz-se significar; e 3), em se fazendo, qual dos dois métodos constitui o seu fazer histórico.

<sup>25</sup> É interessante observar que desde a publicação da primeira parte da primeira edição da gramática histórica de Said Ali e, portanto, do seu primeiro momento de circulação e leitura, tal gramática instaurou polêmica, divisão de sentidos em relação à forma como foi significada, inclusive entre os membros da banca do concurso da ABL, como sugere o confronto entre o que dizem Bechara e Capistrano de Abreu. Este, em carta a João Lúcio de Azevedo, em 20 de maio de 1921, escreve: “O livro irá devagar, mas não de ver que não é dos que se comparam, mas dos que se separam. Mario, um dos juízes do concurso, disse-me, impressionado, que está estudando e aprendendo. A sintaxe está na forja.” (1977b, p. 212).

<sup>26</sup> Do alemão, “jovens gramáticos” – nome pelo qual eram chamados os neogramáticos.

<sup>27</sup> Em 2001, foi ainda publicada uma nova edição revista e atualizada por Mario Viaro, mas infelizmente não foi possível ter acesso a ela até o momento de finalização deste artigo.

<sup>28</sup> Em alguns momentos da correspondência de Capistrano, encontramos, por exemplo, a comparação entre a gramática de Said Ali e a de Epifânio Dias. Dentre essas passagens destaco as seguintes extraídas, respectivamente, de carta enviada a Afonso Taunay, em 1º de setembro de 1920, e a Paulo Prado, em 18 de janeiro de 1922: “Esta semana Said Ali vai entregar a Weiszflög a primeira parte da *Gramática Histórica*. Desejo muito que esteja impresso em março. Além da *Lexiologia* terá a *Sintaxe Histórica*. O livro de Epifânio é o que os alemães chamam *bahnbracher*: infelizmente o autor morreu apenas entregou o manuscrito ao prelo, e a *Sintaxe* veio à luz com todas as imperfeições dos livros póstumos. Conheço algumas partes da *Gramática Histórica* de Said Ali e tanto quanto posso julgar, une a ciência à consciência” (1977a, p. 314); e “Não me admirará se em Portugal ficarem bestializados com a sintaxe: mesmo Epifânio, cuja obra póstuma possui valor incontestável, não acompanhou a marcha da ciência” (1977b, p. 412).

<sup>29</sup> Lembremos que a segunda edição da gramática de Said Ali foi publicada em 1931 e que as primeiras Faculdades de Letras brasileiras surgiram somente no final da década de 1930. São elas: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (1937), Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil (1939) e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFMG (1939).

<sup>30</sup> Jogo aqui, para pensar as condições de produção em que se inscrevem os diferentes gestos de interpretação sobre a obra de Said Ali produzidos a partir da posição historiador/historiógrafo, com as palavras de Saussure, que, ao definir o objeto da linguística, afirma: “Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, [1916] s/d, p. 15).

<sup>31</sup> Há, na verdade, entre os dois textos de Hackerott (2008; 2011) aqui analisados muitas partes em comum.

<sup>32</sup> A expressão é de Pfeiffer (2011).

<sup>33</sup> De acordo com Faraco (2005, p. 125), tal método tinha por objetivo o “estabelecimento do parentesco entre as línguas indo-européias e a reconstrução  
Líng. e Instrum. Linguíst., Campinas, SP, v. 24, n. 48, p. 61-109, jul./dez., 2021.



---

hipotética da situação linguística de estágios ancestrais não-documentados, a chamada protolíngua da família”, por meio da identificação de “relações sistemáticas (isto é, correspondências fonológicas regulares, impossíveis de serem atribuídas a mero acaso) entre itens lexicais cognatos, ou seja, itens que apresentam similaridades no som e no significado”.

<sup>34</sup> De acordo com Hackerott (op. cit., p. 32), Viaro “reconhece a origem da *Gramática histórica* em pontos da *Gramática Secundária*, e Said Ali faz várias referências à *Gramática histórica* na *Gramática secundária*”.

<sup>35</sup> Note-se que, em Bechara, o sentido da gramática secundária enquanto uma versão resumida da gramática histórica é, num primeiro momento, refutado. Em seguida, porém, apagando-se a referência à gramática histórica, o dizer de Câmara Jr. é retomado e deslocado como forma de valorizar a obra de Said Ali. Assim, afirma-se: “Said Ali conseguiu, talvez pela primeira vez em língua portuguesa, elaborar uma gramática quase exclusivamente dentro de um enfoque sincrônico, e este mérito não passou despercebido a um linguista do nível de Mattoso Câmara Jr., que acerca desse livro afirmou-se tratar-se, como já vimos, de uma ‘admirável síntese didática’” (op. cit., p. 15).

<sup>36</sup> “A grammatica de uma língua pode ser *historica* ou *descriptiva*.

GRAMMATICA HISTORICA é aquella que estuda a evolução dos diversos factos da língua desde a sua origem até à epoca presente.

GRAMMATICA DESCRIPTIVA é a que expõe os factos da língua actual.

A grammatica descriptiva é PRATICA quando tem principalmente em vista ensinar a falar e a escrever correctamente; é SCIENTÍFICA quando procura esclarecer varios factos á luz da ciência da linguagem e da grammatica historica.

[...]

GRAMMATICA COMPARATIVA é a que estuda duas ou mais linguas do mesmo typo, mostrando as semelhanças e dissemelhanças existentes entre as mesmas”. (SAID ALI, s/d, p. 5).

<sup>37</sup> Para Guimarães, a descrição presente na gramática histórica não é da língua, mas “da história da língua portuguesa, considerando que uma língua muda porque não há linguagem sem sujeito” (op. cit., p. 76-77).

<sup>38</sup> A expressão, como dito anteriormente, é de Nunes (2008a). Entendo que é dessa posição que Lagazzi (2012) produz um gesto histórico/historiográfico sobre a obra de Said Ali.

<sup>39</sup> “Numeramos os parágrafos, para maior facilidade na localização das passagens referidas nos índices, mas a paragrafação de Said Ali foi respeitada” (SILVA, 1964, p. 6).

<sup>40</sup> Ver nota 11.